

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DELMAR UÊDES MATOS DA FONSÊCA

**DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E ESTRATÉGIAS ELEITORAIS DO
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL**

TERESINA-PI

2017

DELMAR UÊDES MATOS DA FONSÊCA

**DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E ESTRATÉGIAS ELEITORAIS DO
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política sob a orientação do Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas.

Área de concentração: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento político e sociedade.

TERESINA-PI

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

F676d Fonsêca, Delmar Uêdes Matos da.
Desenvolvimento organizacional e estratégias eleitorais do
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL / Delmar Uêdes Matos
da Fonsêca. – 2017.
86 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade
Federal do Piauí, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes
Freitas.

1. Desenvolvimento Organizacional. 2. Estratégias
Eleitorais. 3. Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). I. Título.

CDD 320.981

DELMAR UÊDES MATOS DA FONSECA

**DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E ESTRATÉGIAS ELEITORAIS DO
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

Área de Concentração: Estado, Movimentos Sociais,
Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento Político e Sociedade

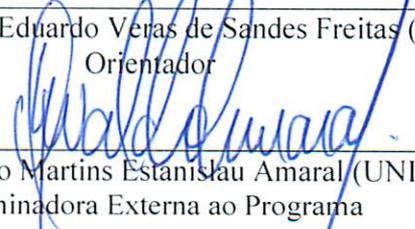
Orientador: Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes
Freitas

Aprovado em 04 de julho de 2017.

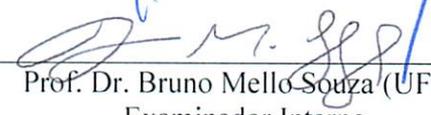
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau Amaral (UNICAMP)
Examinadora Externa ao Programa



Prof. Dr. Bruno Mello Souza (UFPI)
Examinador Interno

“Pois eu bem sei os planos que estou projetando para vós, diz o Senhor”

Jr 29:11

AGRADECIMENTOS

Há pouco mais de dois anos, aceitei o desafio de, enfim, disputar a seleção para obtenção de uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI, já um sonho antigo, porém nunca tentado. Conseguir chegar até esse momento é motivo de muito orgulho, ainda mais redirecionando minha pesquisa para a área de partidos e analisar um partido de esquerda na atual conjuntura política nacional, foi um desafio e tanto, mas não conseguiria isso sozinho, por isso agradeço a todos que colaboraram para que este momento chegasse, em especial às pessoas abaixo nominadas:

Ao orientador desta dissertação, professor Dr. Vitor Sandes, por ter aceitado o desafio, apoiado a difícil decisão de mudar os rumos da minha pesquisa e sempre ter acreditado e incentivado meu desenvolvimento dentro do Mestrado e na vida acadêmica. Mais do que um orientador, um amigo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI, pelas disciplinas ministradas, trabalhos conjuntos e demais projetos compartilhados durante este tempo e, especialmente, aos professores Bruno Rubbiatti e Raimundo Júnior, não tive a oportunidade de compartilhar a sala de aula com este último, mas sempre que nos encontramos tem uma palavra de conforto e incentivo, o senhor me inspira.

À banca de qualificação, composta pelo Prof. Pós-Doutor Cléber de Deus e Prof. Dr. Oswaldo Amaral, pelas valiosas críticas.

Na UFPI, agradeço às queridas Lucilene e Lorena pela paciência e dedicação no Departamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Agradeço também a todos meus colegas do Grupo de Estudos em Partidos Políticos da UFPI, pelas críticas e oportunidades de aprendizado.

Às instituições que colaboraram diretamente com o provimento de dados que fundamentaram empiricamente esta pesquisa: ao TSE, por ter disponibilizado os bancos de dados eleitorais e informações relativas à filiação partidária e órgãos partidários; ao PSOL, objeto desta pesquisa, agradeço, em especial, Luiz Araújo, Luciete Silva e Mariana Riscali.

Aos amigos Célio, John, Raul e Rogena por terem tornado esta caminhada mais leve. São os dissidentes.

Aos colegas do escritório Lúcio Tadeu, Mayara Camarço, Rafael Sérvio e Meire Muniz pelo apoio e compreensão nas necessidades, sempre que precisei me ausentar do trabalho para dar continuidade à minha pesquisa.

Ao pastor e amigo José Gouveia Oliveira que sempre acreditou e nunca desistiu. Tudo começou ali, em 2012, com a família Casa do Oleiro.

Aos meus pais, Felon e Sara por sempre terem me apoiado, independente da distância, a torcida e o amor sempre prevaleceram. Aos meus irmãos Wesley, Lorena, Layse e Layne meu grande amor, que estão sempre a meu lado nas dificuldades e nas vitórias.

À minha sogra Francisca, meu sogro Evaldo, à minha cunhada Bárbara e à toda família Cortez que me recebeu e sempre me ofereceu apoio dedicado e próprio a quem é da família.

À Bruna Cortez, a razão disso tudo. Impossível agradecer sem ser clichê, é inefável. Te amo.

Ao Deus que me sustenta!

Aos que não foram diretamente lembrados aqui, mas que também são corresponsáveis por esta conquista. Obrigado a todos!

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar o impacto do desenvolvimento organizacional do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL em suas estratégias e resultados eleitorais na disputa ao cargo de Deputado Federal, nas eleições de 2006, 2010 e 2014. A mais recente literatura em partidos políticos vem analisando empiricamente os fatores de sucesso e fracasso das agremiações partidárias, em especial na América Latina pós terceira onda democrática. Lupu (2016) afirma que os partidos bem-sucedidos precisam construir uma base estável de filiados, ou seja, organização partidária importa para o sucesso eleitoral, o caso brasileiro, no entanto que adota o sistema eleitoral de lista aberta, tende a centrar o voto na pessoa do candidato (Carey e Shugart, 1995; Samuels, 1997; Nicolau, 2002), razão pela qual o político tem poucas razões para deixar que o partido determine suas estratégias de campanha (Samuels, 1997). Dessa forma existe uma clara tensão entre as estratégias do político e as da organização partidária. Para avaliar se o sistema eleitoral de lista aberta realmente limita o impacto da variável organização sobre as estratégias eleitorais, este estudo irá se focar no caso de um partido fortemente programático, de esquerda, relativamente jovem e que tem crescido na arena eleitoral: o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. A partir disso, questiona-se: como o desenvolvimento organizacional do partido tem afetado as estratégias e resultados eleitorais do PSOL na disputa aos cargos de Deputado Federal? A hipótese é de que o partido combina estratégias *policy e vote-seeking* na arena eleitoral, dependendo das condições políticas estabelecidas na disputa em cada Estado. Além da análise descritiva dos dados de filiação, resultados eleitorais e órgãos municipais, foram realizados testes estatísticos, consistentes em Correlação de Spearman, a fim de medir a relação entre filiados por mil eleitores e porcentagem de órgãos municipais por Estado, medindo, assim, a capilaridade organizativa do partido, bem como Regressão Múltipla utilizando os resultados eleitorais como variável dependente e variáveis independentes as nominadas variáveis organizacionais: filiados por mil eleitores, porcentagem de órgãos municipais e distribuição de recurso por Estado, ao final os testes mostraram o caminho inverso que as variáveis organizacionais impactam nos resultados eleitorais, logo as principais conclusões deste trabalho é: ainda que o PSOL, programaticamente, tenda a submeter a atuação de seus candidatos às suas orientações, ou seja, tem como pressuposto a orientação *policy-seeking*, este é levado a adequar suas estratégias dependendo do Estado, devido às pressões do sistema eleitoral brasileiro que centra a disputa no candidato, levando o partido a adotar a orientação *vote-seeking* quando o candidato que disputa as eleições para Deputado Federal já possui capital político estabelecido.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento organizacional; estratégias eleitorais; PSOL.

ABSTRACT

This study analyzes the impact of the organizational development on the strategies and electoral results of the Socialism and Freedom Party - PSOL in the dispute for the position of Federal Deputy in the elections of 2006, 2010 and 2014. The most recent researches regarding political parties have been analyzing empirically both the factors of success and failure of political parties, particularly in Latin America after the Third Wave Democracy. Lupu (2016) asserts that successful parties need to set up a stable base of affiliates, that is, party organization is an important matter for electoral success. In Brazil it is adopted the open list voting system, which tends to concentrate the vote in a candidate (Carey and Shugart, 1995; Samuels, 1997; Nicolau, 2002), which is the reason why the politicians have no intention to let the party determine their campaign strategies (Samuels, 1997). Therefore, a clear tension between the politician's strategies and the ones of the party organization arises. In order to assess whether the open list voting system actually narrows the impact of the variable "organization" on electoral strategies, this study will focus on one strongly programmatic, leftist, relatively young party that has grown up in the electoral arena: the Socialism and Freedom Party - PSOL. From there, it is questioned: how the party's organizational development has affected the strategies and electoral results of the PSOL in the dispute for the positions of Federal Deputy? The hypothesis is that the party combines the strategies of *policy* and *vote-seeking* in the electoral arena, depending on the political conditions established in the dispute in each state. In addition to the descriptive analysis of the membership data, electoral results and municipal agencies, statistical tests were performed, consisting of Spearman Correlation, in order to measure the ratio of affiliated by one thousand voters and percentage of municipal organs per state, thus as well as Multiple Regression using the electoral results as a dependent variable and independent variables, the so-called organizational variables: affiliated by a thousand voters, percentage of municipal bodies and distribution of resources by State, in the end the tests showed the opposite way that the The main conclusions of this study are: although PSOL programmatically tends to submit its candidates' actions to their orientations, ie, it has as a presupposition the policy-seeking orientation, which is led to adapt their strategies depending on the State, due to the pressures of the Brazilian electoral system that centers the dispute on the candidate, leading the party to adopt the vote-seeking orientation when the candidate who fights the elections for Deputy Federal already has established political capital.

KEYWORDS: organizational development; electoral strategies; PSOL.

LISTA DE SIGLAS

APS – Ação Popular Socialista

C-SOL – Coletivo Socialismo e Liberdade

CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores

DM – Diretório Municipal

DS – Democracia Socialista

ESD – Esquerda Socialista e Democrática

FPME – Filiados por Mil Eleitores

LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução

MES – Movimento Esquerda Socialista

MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

MUS – Movimento Unidade Socialista

OM – Órgãos Municipais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCO – Partido da Causa Operária

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PSOL – Partido Socialista e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UF – Unidade da Federação

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Número de filiados e taxa de filiados por mil eleitores (FPME) em anos eleitorais, por UF	50
Tabela 2.2 – Distribuição dos filiados do PSOL nos Municípios com mais de 200.000 eleitores (2006-2014)	52
Tabela 2.3 – Diretórios Municipais por UF (2006-2014)	53
Tabela 2.4 – Correlação de Spearman entre Órgãos Municipais e Filiados por Mil Eleitores do PSOL.....	55
Tabela 2.5 – Repasse do Fundo Partidário do PSOL para as suas Direções Estaduais	57
Tabela 3.1 – Votação do PSOL para Deputado Federal nos Estados em que obteve melhor desempenho (2006)	64
Tabela 3.2 – Votação do PSOL para Deputado Federal nos Estados em que obteve melhor desempenho (2010)	66
Tabela 3.3 – Correlação de Spearman – Comparação (2010)	67
Tabela 3.4 – Modelo Sumário de Regressão Múltipla (Ano de 2010) PSOL	67
Tabela 3.5 – Coeficientes de Regressão Múltipla (Ano de 2010)	68
Tabela 3.6 – Votação do PSOL para Deputado Federal nos Estados em que obteve melhor desempenho (2014)	70
Tabela 3.7 – Correlação de Spearman – Comparação (2014)	71
Tabela 3.8 – Modelo Sumário de Regressão Múltipla (Ano de 2014) PSOL	71
Tabela 3.9 – Coeficientes de Regressão Múltipla (Ano de 2014)	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Orientação dos Partidos Políticos	36
Figura 2.1 – Esboço das origens das tendências.....	45

LISTA DE MAPAS

Mapa 2.1 – Distribuição de Filiados do PSOL (2006)	51
Mapa 2.2 – Distribuição de Filiados do PSOL (2010)	51
Mapa 2.3 – Distribuição de Filiados do PSOL (2014)	52
Mapa 2.4 – Distribuição dos Diretórios Municipais do PSOL (2006)	54
Mapa 2.5 – Distribuição dos Diretórios Municipais do PSOL (2010)	54
Mapa 2.6 – Distribuição dos Diretórios Municipais do PSOL (2014)	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Evolução do número de filiados..... 49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E DILEMAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA	19
1.1 Matrizes Ideológicas dos partidos de esquerda	19
1.2 Tipologias e desenvolvimento dos partidos de esquerda: contribuições da teoria	22
1.3 Dilemas e Organização Partidária	35
2 ORGANIZAÇÃO DO PSOL	40
2.1 Breve histórico do nascimento do partido	40
2.2 Análise dos Estatutos	42
2.3 Tendências e Lideranças	45
2.4 Capilaridade Organizativa	47
3 DESEMPENHO E ESTRATÉGIAS ELEITORAIS	59
3.1 O Partido Político e a Racionalidade	59
3.2 Análise das Eleições.....	61
3.2.1 Bases Programáticas para as eleições	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	78

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo analisar o desenvolvimento organizacional e as estratégias e resultados eleitorais adotadas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), desde o seu surgimento no ano de 2004 até o ano de 2014. O foco da análise é analisar as estratégias eleitorais do partido durante o período em análise, verificando em que medida elas respondem a mudanças internas do partido.

Nesse sentido, é importante considerar que a literatura sobre partidos políticos durante todo o século XX sempre demonstrou preocupação em analisar as decisões tomadas no interior das agremiações, bem como suas transformações no desenho organizacional (AMARAL, 2013). Tal literatura tem focado suas análises nas tipologias clássicas, formuladas por autores como Duverger e Panebianco, não sendo suficientes para explicar a variação nas estratégias dos partidos nas diversas circunstâncias políticas e níveis de atuação das agremiações, seja na arena eleitoral, seja na de governo.

Segundo Amaral (2013), a trajetória dos partidos políticos é impactada por uma série de fatores, tais como: uma variedade de pressões ambientais, um determinado panorama socioeconômico ou contexto institucional aliadas a características internas dos partidos, bem como o comportamento de suas lideranças, situações que podem culminar com transformações distintas em partidos com características semelhantes. Por essa razão, é mais importante compreender as reais motivações que levam a transformações partidárias, ou seja, que levam a mudanças na fisionomia dos partidos, nos termos de Panebianco (1980), do que determinar tendências evolutivas nos partidos políticos, que naturalizariam as mudanças ocorridos no seio das organizações. Considerando a análise aqui proposta, cada partido, individualmente, sofre seus próprios dilemas organizacionais que terminam por gerar modificações internas e que influenciam diretamente em suas estratégias na arena eleitoral.

Ainda que desconsideremos a visão evolutiva do desenvolvimento das agremiações partidárias, esta dissertação está amparada nas contribuições das principais e clássicas tipologias apresentadas pela literatura de partidos políticos, em especial por Michels (1911), Duverger (1950), Kirchheimer (1966), Panebianco (1980) e Katz e Mair (1995). Essa literatura é fundamental para apontar as variáveis explicativas na evolução organizacional do partido em análise e como tal evolução impacta em suas estratégias eleitorais.

As tipologias propostas pelos autores acima citados são baseadas principalmente nas organizações partidárias europeias. Mais recentemente e a nível de América Latina, Levitsky

et al (2016) apontaram que os novos partidos latino-americanos devem fazer três coisas para se consolidar: (1) O cultivo de fortes identidades, que passa pela diferenciação interpartidária e a consistência intrapartidárias; (2) A organização de base, a partir de uma construção territorial; e (3) A coesão organizacional.

Atualmente, há uma série de pesquisas concluídas sobre os partidos políticos no Brasil, porém existem poucos estudos sobre os partidos novos no atual sistema brasileiro. Compreender a origem e desenvolvimento de partidos como o PSOL que surgem a partir de cisões de outros partidos, neste caso do Partido dos Trabalhadores – PT, podem ser elucidativos para a compreensão dos novos partidos de esquerda¹ que emergem em um contexto de alta competitividade. Os trabalhos que se propuseram a analisar o desenvolvimento organizacional e as estratégias eleitorais do PSOL ainda são escassos².

A partir disso, questiona-se: Em que circunstância surgiu o PSOL e como este se desenvolveu e se organizou desde sua fundação? Quais estratégias eleitorais o PSOL tem adotado e como estas foram afetadas pelo seu desenvolvimento organizacional?

Assim sendo, esta dissertação tem como foco principal analisar o impacto do desenvolvimento organizacional do PSOL em suas estratégias eleitorais, em especial, na disputa ao cargo de Deputado Federal que concorre no sistema proporcional de lista aberta. A escolha da análise de tal disputa para o presente trabalho, encontra-se centrada na literatura que verifica o enfraquecimento dos partidos e incentivam estratégias centradas no candidato, mas que tem trazido percepções úteis de como os partidos se organizam (LEVITSKY *et al*, 2016).

De fato, a literatura em ciência política tem demonstrado que o sistema de lista aberta gera incentivos ao comportamento individualista por parte dos políticos, pois o voto estaria centrado na pessoa do candidato (CAREY; SHUGART, 1995; SAMUELS, 1997; NICOLAU, 2002), afetando, inclusive, a institucionalização do sistema partidário (MAINWARING, 1998). Logo há maior valorização da reputação do candidato e não do partido, e o sistema eleitoral brasileiro não se difere dessa realidade (PAIVA; TAROUCO, 2011), razão pela qual há a ideia de que os candidatos têm poucas razões para deixar que os partidos determinem suas estratégias de campanha (SAMUELS, 1997). No entanto, existem diferenças entre os partidos, e aqueles que se posicionam mais nos extremos do espectro ideológico (ou à esquerda ou à direita),

¹ Segundo classificação proposta por Zucco (2009), o partido se encontra mais à esquerda dentro do espectro ideológico.

² Destaque para o trabalho de dissertação de mestrado “Partido, política e organização: O PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010)”, apresentado por Julio Cesar Gonçalves da Silva na Universidade Federal do Paraná em 01.04.2011 e para o livro “Um partido necessário: 10 anos de PSOL”, lançado pela Fundação Lauro Campos em comemoração aos 10 anos do partidos. Os demais trabalhos que citam o PSOL fazem parte de trabalhos mais amplos e que geralmente estudam partidos de esquerda no Brasil.

tendem a restringir seus parceiros, mesmo numa competição centrada no candidato. As estratégias eleitorais dos partidos, mesmo num sistema de lista aberta, estariam submetidas às determinações estabelecidas internamente. Assim, além de focar numa perspectiva organizacional, esta pesquisa considera que as determinadas instituições (neste caso, o PSOL) se organizam, a fim de limitar a atuação de seus membros e assim definir suas estratégias na arena eleitoral.

Dentro da arena eleitoral, iremos analisar os resultados e mapear as estratégias do partido, a partir de uma perspectiva organizacional das eleições para Deputado Federal, tal escolha se justifica em razão de ser um cargo nacional, mas que a disputa é regionalizada, podendo os partidos apresentarem mais de um candidato (BRAGA, 2012, p. 21)

A hipótese é de que as modificações na organização partidária impactam diretamente sobre as estratégias e resultados eleitorais do partido, principalmente nos cargos que concorrem em sistema eleitoral de lista aberta, no caso brasileiro, porque essas disputas vinculam diretamente o político ao eleitor. Se os partidos alterarem suas estratégias partidárias quanto à relação estabelecida entre o partido e seus políticos, isto impactará em suas estratégias eleitorais para estes cargos, incluindo o perfil das alianças com outros partidos.

Logo, o PSOL se torna um caso de maior interesse, pois, mesmo em seu curto período de existência, já passou por transformações importantes dentro de sua organização (alterações no Estatuto, principalmente acerca da regulamentação dos órgãos Setoriais e de distribuição de recursos, além da variação nas lideranças de um campo mais à esquerda para o campo moderado). Isto vem ao encontro dos principais achados da teoria dos partidos políticos sobre os partidos de esquerda que possuem pretensões eleitorais, que passam por transformações internas para se adequar aos desafios ambientais.

Para tanto, esta pesquisa analisará o desenvolvimento organizacional do PSOL desde o seu nascimento, verificando em que medida esse desenvolvimento influencia na tomada de decisões estratégicas na arena eleitoral, a partir das transformações sofridas pelas pressões ambientais e como essas variam de acordo com o local de disputa. Como serão analisadas as disputas para Deputado Federal, as unidades de análise são os Estados.

Esta dissertação, portanto, está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se uma revisão da literatura clássica sobre partidos políticos, priorizando a discussão sobre partidos de esquerda, desde as matrizes ideológicas até os mais recentes debates sobre dilemas organizacionais. O objetivo deste capítulo é compreender como a literatura aborda as motivações que levam às mudanças internas nos partidos de esquerda e quais as possíveis consequências na arena eleitoral.

O segundo capítulo tem como objetivo fazer uma análise das transformações organizacionais do PSOL desde sua origem, verificando a evolução do número de filiados, a capilaridade organizativa, o financiamento e a estrutura decisória interna do partido, a partir do modelo proposto por Pedro Floriano Ribeiro (2013)³, a partir daí será observado a consolidação do partido a partir das variáveis propostas por Levitsky *et al* (2016), já acima citadas.

No terceiro e último capítulo, verificaremos as estratégias e resultados eleitorais do PSOL para o cargo de Deputado Federal, a partir do exame da origem e do estatuto do Partido objeto da análise, além das prestações de contas, dos dados de votação obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, a fim de se observar as estratégias do partido, ao longo das três eleições que participou (2006, 2010 e 2014), observando as variações no tempo, nos distritos, analisando, ainda as coligações, e, principalmente a variação das estratégias e resultados, no decorrer do tempo verificando se foram impactadas pelo desenvolvimento organizacional do partido.

Para a análise do PSOL será utilizado o modelo proposto por Ribeiro (2013), sem desprezar aquelas variáveis extraídas da literatura, tais como: o quanto a origem do partido influenciou no seu desenvolvimento; o grau de desideologização; o nível de institucionalização; a relação de dependência do partido em relação ao Estado (análise a partir das subvenções estatais recebidas pelo partido); além dos dados organizacionais de número de filiados, capilaridade organizativa, financiamento e estrutura decisória interna e a partir daí verificar a consolidação partidária com as variáveis apresentadas por Levitsky *et al* (2016).

Por sua vez, os resultados eleitorais, coligações e prestação de contas serão obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral, a fim de verificar suas estratégias e resultados eleitorais para o cargo de Deputado Federal a partir da análise da votação do partido, prestação de contas dos candidatos, do próprio Partido, bem como das coligações, observando as variações à medida que o PSOL se desenvolve organizacionalmente.

A partir dessas evidências, serão utilizadas variáveis explicativas, denominadas variáveis organizacionais (filiados, órgãos municipais, distribuição de recursos e estrutura interna decisória) e como variável dependente o desempenho eleitoral do partido nas eleições ao cargo de Deputado Federal nos anos de 2006, 2010 e 2014, utilizando como unidades de análises os Estados.

³ A análise das transformações organizacionais referentes aos filiados, capilaridade organizativa, financiamento e a estrutura decisória interna do partido tem como ponto de partida a verificação do Estatuto e das normas oficiais, segundo Ribeiro (2013, p. 229) “as normas oficiais constituem uma baliza que permite o cotejamento entre o funcionamento partidário formalmente previsto e a dinâmica real da organização”.

CAPÍTULO 1

ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E DILEMAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

1.1 Matrizes Ideológicas dos Partidos de Esquerda

A França do século XVIII tinha uma divisão social estabelecida em três Estados que caracterizavam o Antigo Regime, eram eles o Clero, a Nobreza e o Povo, este último composto pela burguesia, camponeses sem-terra e os *sans-culottes*. Os dois primeiros grupos exploravam e oprimiam o terceiro através de impostos e contribuições. Cansados da opressão e exploração, os membros do Terceiro Estado iniciaram a Revolução Francesa, ao tomarem a Bastilha, em 14 de julho de 1789, após todo o curso da Revolução e das deliberações da Assembleia Constituinte de 1791, parte da burguesia que integrava os revolucionários, passaram a adotar uma posição conservadora, ao tempo outra parte queria aprofundar os debates em torno da Revolução.

A divisão entre os revolucionários de 1789 se deu entre os Girondinos que eram formados pela grande burguesia, nobreza liberal e o baixo clero e do outro lado os Jacobinos que tinham como integrantes a pequena burguesia, os *sans-culottes* e as massas populares. Logo, observa-se que as distinções políticas nasceram neste ponto, uma vez que na Assembleia Nacional Constituinte na França, os Girondinos de posição mais conservadora sentaram à direita e os Jacobinos à esquerda defendiam o aprofundamento da Revolução.

Desde então, a dicotomia esquerda-direita, como expressão nascida na Revolução Francesa, transpôs os limites desta e até os dias atuais define a posição ideológica dentro de um espectro político. Sendo um termo anterior ao nascimento dos modernos partidos políticos, já que estes não existiam em nenhum país do mundo até 1850, segundo Duverger (1970, p. 19), e que orientou e tem orientado os programas partidários ao longo destes quase dois séculos. Apesar de ter sido cunhada em 1789, a dicotomia esquerda-direita somente foi restaurada, na França, na sessão parlamentar de 1819-1820, quando entrou em prática a coerente e regular divisão entre liberais e monarquistas, resgatando a memória da Revolução Francesa.

A formação das alianças na década de 1820 já foi enquadrada em termos de esquerda-direita, entre liberais e monarquistas, mas somente com a realização do sufrágio universal em 1848, na França, que a dicotomia entrou na política em massa, saindo do âmbito do parlamento, adentrando nas categorias de identidade política e espalhando-se entre os sistemas parlamentares no mundo (LUKES, 2003, p. 7).

Segundo Bobbio (1995, p. 31), os termos “direita” e “esquerda” são “habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide no universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas”. Dentre os movimentos citados, que surgiram desde a origem dos termos, estão os partidos políticos que nasceram e se desenvolveram a partir de problemas na participação das decisões políticas entre as diversas classes e estratos sociais existentes (OPPO, 2007, p. 898).

Neste ponto da história, a Inglaterra nos serve de exemplo, em razão de ser o país de mais antigas tradições parlamentares (OPPO, 2007, p. 899), e por ter em 1832 aprovado o *Reform Act*, que introduziu uma série de mudanças no sistema eleitoral inglês, fazendo surgir os partidos no país. Destaca-se, ainda, o fato de ter sido “o primeiro Estado-nação a reconhecer a legitimidade das oposições partidárias” (LIPSET; ROKKAN, 1990, p. 177).

As modificações efetuadas pela Inglaterra, e seguida por diversos países Europeus posteriormente, deixaram transparecer clivagens de diversas espécies, tais como territoriais, ideológicas, religiosas etc., destacando-se o conflito entre os interesses da terra e a classe dos empresários industriais e o conflito entre proprietários e patrões e rendeiros, assalariados e trabalhadores por outro, ambos frutos da revolução industrial e que impactaram nos alinhamentos dos eleitorados (LIPSET; ROKKAN, 1990, p. 182).

O processo de industrialização juntamente com as transformações no campo da política, durante a primeira metade do século XIX, fizeram surgir mudanças no contexto econômico e social, além da necessidade vislumbrada pelos novos participantes da vida política de eliminar as elites tradicionais, a partir da ascensão ao poder dos partidos socialistas, a fim de que as políticas implantadas pelo Estado atendessem seus interesses.

A consciência política dos novos participantes da vida política se afloram a partir dos movimentos operários organizados em sindicatos que deram origem aos grandes partidos socialistas, trabalhistas e comunistas, segundo Leôncio Martins Rodrigues (2009, p. 14),

há certas características relacionadas ao sindicalismo, ao socialismo e ao movimento operário que, apesar de serem amiúde considerados como resultado da evolução natural da classe, só ocorreram nos países europeus de velha industrialização. O primeiro deles refere-se à formação dos grandes partidos socialistas, trabalhistas ou comunistas de base social operária; o segundo, à estreita vinculação entre esses partidos operários e as organizações sindicais; o terceiro, à extensão e influência dos trabalhadores industriais, enquanto classe, na vida política, social e cultural dos respectivos países

Percebe-se a estreita relação do movimento operário organizado, através de sindicatos, com a formação dos partidos de massas (identificados como socialistas, trabalhistas e

comunistas). As doutrinas desses movimentos partidários eram de cunho eminentemente anticapitalista e ganharam destaque, principalmente nos países industrializados da Europa.

Przeworski (1988, p.42) cita que Marx na Conferência Inaugural da Primeira Internacional, em 1864, incitava a organização dos movimentos operários em partidos políticos, como meio a emancipar a classe, através da conquista do poder político.

Com o surgimento dos primeiros partidos e, ainda, observando a extensão do voto à classe operária, a política já não era constituída somente pela elite burguesa, já que esta havia se fortalecido desde a Revolução Francesa que irradiou movimentos revolucionário por toda a Europa, fazendo surgir uma distinção dentro da política, no que concerne à relação entre governantes e governados, aqueles compostos pela burguesia e estes pela classe operária. Os partidos que daí surgiram, já nasceram com a necessidade de se adequar ao crescimento dessa classe trabalhadora que já buscava seu espaço como uma força política, além da demanda das massas populares que buscavam o seu próprio empoderamento.

a extensa difusão das ideologias socialistas entre os diferentes grupos de trabalhadores levou à formação dos grandes partidos socialistas de base operária que se tornaram participantes do jogo do poder e, algumas vezes, do governo (RODRIGUES, 2009, p. 15).

Desde então, os partidos que surgiram dos movimentos sociais, em especial, dos movimentos operários, são caracterizados como partidos de esquerda, em razão de seu caráter revolucionário, peculiaridade da esquerda desde a Revolução Francesa até os tempos atuais em contraposição ao conservadorismo característico do lado direito do espectro ideológico.

Para Hobsbawm (2000), historicamente, podem-se distinguir três esquerdas. A primeira foi moderada, nascida no tempo da Revolução Francesa, formada pela burguesia e lutava contra a monarquia absolutista e contra a aristocracia. A segunda caracteriza-se pela luta de classes, formada pelos movimentos e partidos socialistas no século XIX, tendo entre seus objetivos a ampliação pelos direitos sociais. A terceira, por sua vez, data de 1960 e é desprovida de uma base eleitoral, se caracteriza pelos movimentos antirracistas, ambientalistas, movimentos contrários às guerras e que lutavam pelos direitos humanos.

Logo, percebe-se que a principal característica da esquerda é o ideal político de igualdade e cidadania, luta pelos direitos civis, incluindo a economia como uma ordem cooperativa em que todos são tratados como iguais, ou seja, todos têm a mesma posição ou status (LUKES, 2003, p. 15).

O surgimento dos partidos coincide com a segunda esquerda proposta por Hobsbawm, os primeiros partidos socialistas surgem na Alemanha em 1875, com o SPD (Partidos

Socialdemocrata Alemão), “o primeiro grande partido de massa da Europa” (PANEBIANCO, 2005, p. 129), na Itália em 1892, na Inglaterra em 1900 e na França em 1905 (OPPO, 2007, p. 900).

1.2 Tipologias e desenvolvimento dos partidos políticos de esquerda: contribuições da teoria

Em 1911, Robert Michels analisa a organização e distribuição de poder no interior do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), cria sua conhecida “Lei de Ferro das Oligarquias”. Esta consiste à tendência inexorável das organizações à centralização e à burocratização, incluindo das organizações de massa, ou seja, os partidos de massa. Assim sendo, à medida que se complexificam e ampliam seu tamanho em termos organizacionais tendem a oligarquizar-se.

Porém, somente em 1951, surge a primeira obra que aborda a estrutura organizacional dos partidos políticos: *Os Partidos Políticos*. Maurice Duverger, sem ignorar as contribuições de Michels, tenta

Sistematizar a diversidade partidária por meio da elaboração de uma tipologia e a esboçar uma teoria geral dos partidos políticos. Entre as inúmeras contribuições do autor, destaca-se a compreensão de que tanto a origem do partido quanto a sua ideologia devem ser usadas como variáveis explicativas no tratamento da organização, desenvolvimento e comportamento dos partidos políticos (AMARAL, 2013, p. 14).

A análise de Duverger sobre os partidos políticos é um dos principais marcos teóricos no que tange à organização e à estrutura partidária, além da tentativa de estabelecer uma teoria geral no que concerne ao estudo dos partidos.

Conforme já citado, a tipologia clássica de Duverger se amolda perfeitamente aos primeiros tipos partidários que emergiram no final do século XIX e início do século XX, sendo, em grande parte, constituída por partidos de quadros e partidos de massa⁴. Para tanto, o autor analisou, de forma comparativa, os partidos da Europa Ocidental, colocando os partidos de massa “como o tipo verdadeiro e mais desenvolvido de organização partidária, um ideal normativo a ser perseguido pelas democracias instáveis ou pelas novas democracias” (PERES, 2009, p. 16).

Estas agremiações modificam a relação de representação até então vista, uma vez que “a massa do povo podia, assim, ter certa participação na seleção de candidatos e escolher

⁴ Embora se destaque a distinção que Duverger faz entre partidos de quadro e partidos de massa, é importante mencionar que ele considera mais dois tipos de partidos: os comunistas e os fascistas.

pessoas que compartilhassem de sua situação econômica e suas preocupações” (MANIN, 1995). Ou seja, a classe operária que até a primeira metade do século XIX não tinha qualquer participação política, agora passa a ter um canal mais próximo de interlocução junto ao Estado, através dos partidos de massa.

Os partidos nascidos de dentro desses movimentos operários e sindicais e fora da burocracia parlamentar, caracterizados aqui como partidos de esquerda, foram denominados partidos de massas na clássica tipologia duvergeriana.

O autor propõe que a origem dos partidos influencia profundamente em sua estrutura e neste ponto diferencia os dois modelos apresentados: os partidos de quadros nascem de dentro da burocracia, ou seja, tem origem parlamentar e eleitoral. Os partidos de massa, por sua vez, têm sua origem exterior à essa burocracia, sendo que na maioria dos casos “o conjunto de um partido é essencialmente estabelecido por uma instituição preexistente, cuja própria atividade se situa fora das eleições e do parlamento: pode-se, portanto, falar adequadamente de criação exterior” (DUVERGER, 1970, p. 26).

O que se infere é que antes da ampliação do sufrágio, que fez surgir a necessidade de grupos externos participarem da vida política através das eleições, a atividade parlamentar era restrita à burguesia da época, através dos chamados “partidos dos notáveis”, não havendo mudanças significativas dos partidos até então existentes.

Porém a partir do momento que estes grupos parlamentares se viram na situação de disputar o exercício do poder político com os emergentes partidos de massa, se mobilizaram para a disputa eleitoral, levando à criação de comitês eleitorais (PERES, 2009, p. 27).

A criação dos comitês eleitorais, conforme Duverger, tende a ser uma iniciativa da esquerda, porém a direita, aqui representada pelos grupos parlamentares ou até então “partido dos notáveis”, deve, a fim de manter sua influência, seguir esse mesmo exemplo. Portanto, os partidos de quadros têm sua estrutura partidária resultante da existência primeiramente dos grupos parlamentares e em seguida da formação de comitês eleitorais, revelando, assim, os primeiros dilemas organizativos dos partidos de quadros.

Já a estrutura partidária dos partidos de massa “começa nos grupos sociais organizados, passa depois pelos comitês eleitorais e pelos grupos parlamentares, para então resultar na sua organização partidária específica” (PERES, 2009, p. 27).

Tais diferenciações são importantes, na medida em que a gênese dos partidos tende a condicionar as escolhas organizacionais que irão impactar na estrutura do partido ao longo do tempo. Este ponto é relevante para este trabalho, pois a forma como a organização do partido é estruturada na origem podem gerar dilemas organizacionais nos partidos. No caso dos partidos

de massa, considerando que possuem estrutura complexa, se comparado ao dos partidos de quadros, seus dilemas e as escolhas tomadas a partir disso podem apontar para rupturas com a estrutura organizacional definida na origem, gerando consequências para as estratégias na arena eleitoral.

Ao analisar os membros dos partidos, Durverger acentua as distinções entre os partidos de quadros e os de massas e a partir daí o modo como cada tipo é financiado, revelando assim a natureza de seus adeptos, chegando a afirmar que “a distinção dos partidos de quadros e dos partidos de massas repousa numa infraestrutura social e política”.

Como os partidos de quadros tinham um financiamento das elites que os controlavam, não havia necessidade de enquadrar as massas entre seus adeptos, conforme já amplamente explicado, a partir do momento em que as massas passaram a participar ativamente na vida política e surgiram os primeiros partidos assim designados, houve a necessidade de um financiamento coletivo, ou seja, com a participação de todos os membros. Em resumo:

Nem financeiramente, nem politicamente, a direita burguesa tinha necessidade de enquadrar as massas: ela possuía seus arrecadadores de fundos, suas pessoas gradas, suas elites. [...] Foi preciso que o desenvolvimento do comunismo ou dos métodos revolucionários fizesse compreender à burguesia a insuficiência dos partidos de quadros para que ela empreendesse seriamente a criação dos partidos de massas: [...] (DUVERGER, 1970, p. 103).

Já reconhecendo, ainda que timidamente, o aparecimento dos primeiros dilemas organizacionais, o autor aponta uma terceira categoria de partido, o partido dos fiéis, mais aberto que os partidos de quadros e mais fechados que os partidos de massas, reafirmando a tendência à oligarquização proposta por Michels ainda em 1911, chegando a afirmar a superação da era das massas e o início da era das elites (DUVERGER, 1970, p. 107).

Com relação a direção dos partidos, ocasião em que o autor retoma a preocupação que os partidos devem ter a respeito à oligarquização do poder decisório. O domínio de determinados grupos sobre a base dos partidos é fundamental para compreendermos o grau de permeabilidade dos partidos às mudanças, ou, em outras palavras, a dinâmica de disputas e alternância dentro dos partidos.

A escolha da direção partidária pode ser direta, quando todos os membros do partido votam indistintamente ou indireta, quando o direito ao voto é um privilégio de apenas alguns membros. Os partidos de massas tendem a renovar a direção partidária, por meio da circulação das elites, o que proporciona também uma renovação no governo, quando esta nova elite partidária assume a direção do partido.

Duverger ainda estava longe de enfrentar todos os dilemas organizacionais até então existentes e ainda os que viriam a existir desde o lançamento de sua obra clássica, sua teoria sobre partidos políticos sistematiza as agremiações da Europa Ocidental, em que o ponto chave se encontra na origem do partido, na sua gênese, que segundo o autor irá ditar seu modelo organizacional, sua estrutura.

Contudo, os partidos de massas no decorrer do século do XX também sofreram seus próprios dilemas, com um forte impacto dos dilemas eleitorais sobre sua organização, Adam Przeworski (1988, p. 59), ao analisar tais dilemas, afirmou: “os socialistas devem escolher entre um partido homogêneo em sua expressão classista mas condenado a perpétuas derrotas eleitorais e um partido que luta pelo sucesso eleitoral à custa da diluição de seu caráter de classe”.

Os partidos de massa decidiram participar das disputas eleitorais, a fim de conquistar o poder político e implantar as mudanças sociais defendidas pelos grupos de interesse, porém, desde o início, havia a preocupação de o socialismo perder o seu valor e se converter em um partido meramente parlamentar, bem como de saber, à época, se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal em caso de uma vitória socialista no pleito eleitoral, haja vista que a chegada do socialismo ao poder redundaria em extinção dos privilégios das elites burguesas.

Tal extinção se daria, em razão da defesa dos interesses dos trabalhadores, a partir da chegada dessa classe ao poder através da democracia política. “Uma vez que as eleições estavam organizadas e os trabalhadores tinham o direito de votar, deviam estar organizados para votarem como trabalhadores” (PRZEWORSKI, 1988, p. 47).

A partir da decisão de participar, os partidos se organizam para a disputa eleitoral, de tal modo que a participação desmobiliza as massas e à medida que os partidos se organizam, eles tendem a se burocratizar e então se verifica os primeiros dilemas organizativos.

Coube a Kirchheimer (2012) mostrar que já existia desde a década de 1950 transformações profundas nos partidos de massas, causadas por esses dilemas. As consequências sociais trazidas pela Primeira Guerra Mundial são apontadas como primeiros fatores de politização das massas em oposição às manifestações partidárias.

Já com o fim da Segunda Guerra Mundial, as transformações passam pela superação das clivagens, já não há mais uma rígida linha divisória entre as classes, situação que transforma o partido popular em um partido do tipo *catch-all*, pois aquele partido está se voltando agora para o cenário eleitoral.

Essa linha divisória entre as classes, durante muito tempo, cristalizou e explicitou interesses conflituais existentes na estrutura social, sendo que os indivíduos se alinhavam ao

longo dessa clivagem estrutural, tendo os partidos o papel de traduzir estes contrastes na estrutura social e cultural em exigência e pressões (LIPSET; ROKKAN, 1990, p. 167).

Porém a diminuição das tensões entre as classes, em razão das conquistas sociais das massas, além da preocupação exacerbada das agremiações com os resultados das disputas eleitorais, abrindo mão, na maioria das vezes, de sua ligação ideológica frente aos seus eleitores, fazendo emergir o partido do tipo *catch-all*. Além disso, essas modificações no interior dos partidos foram acompanhadas pela queda na identificação do eleitorado frente às agremiações.

Isto leva ao ponto chave da discussão proposta por Kirchheimer, segundo ele: “Os partidos *catch-all* na Europa aparecem num tempo de desideologização, o qual contribuiu substancialmente para sua emergência e proliferação” (2012, p. 366).

Contudo, ele aponta que, em regra, apenas partidos maiores se tornam *catch-all* com sucesso. Nem partido pequeno ou estritamente regional, nem um partido erguido em torno de um comprometimento ideológico grosseiro e limitado, nem reivindicações de grupos transitórios ou de alguma categoria profissional específica, ou ainda um programa de ação de limitado, em razão desses grupos defenderem uma clientela bem específica que possivelmente traria conflito de interesses caso se abrissem a ser um tipo *catch-all*, ou seja, não há possibilidade de desideologização desses grupos.

Apesar de apontar a desideologização como o fator primordial para o aparecimento dos partidos do tipo *catch-all*, Kirchheimer aponta outros quatro fatores que envolvem a mudança partidária: a) a drástica redução da bagagem ideológica do partido; b) maior estreitamento entre grupos de lideranças do topo das organizações; c) rebaixamento do papel do membro partidário individual; d) perda da ênfase na classe social específica ou clientela confessional em favor do recrutamento da população em geral; e) garantia do acesso à variedade de grupos de interesse.

Após a transformação, cabe ao partido tentar manter uma clientela permanente através de mecanismos de integração, pois se torna difícil, inclusive manter qualquer expectativa de lealdade da militância, com o grau de participação gradativamente diminuindo, permanecendo preocupados com a marca política apenas aqueles membros que se interessam em suas próprias carreiras dentro do partido ou por intermédio dele.

Tal mudança atingiu, também, a relação entre os partidos e os grupos de interesses, tornando-se independentes um do outro, reiterando a ideia de que a relação do partido com os grupos de interesses deve buscar interesses convergentes, devendo o partido “regular suas relações com os grupos de interesse e uma forma a não rechaçar eleitores potenciais que se identificam com outros interesses” (p. 374).

Para o autor, as agremiações do tipo *catch-all* caracterizaram-se pelo caráter disperso e abrangente de seus programas e ideologias. Essa nova forma de organização partidária também se diferencia pelo tratamento dado ao eleitor, moldando suas relações a partir de mecanismo de mercado e fazendo do sucesso nas disputas eleitorais o seu principal objetivo. Nesse sentido podemos resumir assim a ideia de Kirchheimer,

A conversão para o tipo de partido *catch-all* é um fenômeno associado à competição. Um partido está sempre apto a se acomodar aos estilos bem sucedidos de seus competidores, por esperar os mesmos benefícios ou ter medo de perdas no dia da eleição. De modo oposto, quando mais um partido se convence de que os resultados favoráveis de um competidor dever-se-iam somente a algumas circunstâncias não repetíveis, e que a capacidade do competidor de superar dissensões internas é um fenômeno temporário, menor é a chance de uma conversão completa e maior é a inclinação para agarrar uma leal – embora limitada – clientela (KIRCHHEIMER, 2012, p. 368).

O texto foi publicado pela primeira vez, em inglês, no ano de 1966, porém em 1954, Kirchheimer já havia chegado a esse conceito (PERES, 2012, p. 350), demonstrando desde ali os dilemas enfrentados em razão da competição eleitoral na Europa Ocidental.

O artigo de Kirchheimer, no entanto, não trata em profundidade as questões organizacionais dos partidos, focando-se mais nas mudanças do sistema partidário europeu. Por um tempo, a literatura de partidos se focou nos sistemas e não nas organizações partidárias. Com a mudanças dos partidos políticos e as alterações na estrutura socioeconômica, já detectadas por Kirchheimer, os índices de volatilidade eleitoral se elevaram.

É nesse sentido que a obra de Angelo Panebianco (1980) é fundamental para se compreender os partidos políticos. Retomando os estudos de caráter organizacional, Panebianco redefiniu o partido *catch-all*, passando a classificá-lo como partido profissional-eleitoral. O autor inicia seu estudo afirmando que a análise organizativa deve preceder qualquer outra perspectiva e a dificuldade em reconhecer os partidos como organizações vem, em parte, dos preconceitos sociológico e teleológico amplamente difundidos na literatura sobre partidos.

“O preconceito sociológico consiste em considerar as atividades dos partidos (...) como produtos das ‘demandas’ dos grupos sociais por eles representados e, mais em geral, que os próprios partidos nada mais são do que a manifestação das divisões sociais em âmbito político. (...) O preconceito teleológico (...) consiste em atribuir *a priori* alguns ‘objetivos’ aos partidos; objetivos esses que, segundo o observador, representam a razão de ser do partido em exame, dos partidos em geral ou de uma outra ‘família ideológica’ dos partidos” (PANEBIANO, 2005, p. 4-6)

Tais preconceitos são de importante conceituação por constituírem problemas que precisam ser investigados e identificados como dilemas organizativos. O autor se utiliza da literatura organizativa, a fim de traçar quatro dilemas:

a) modelo racional *versus* modelo do sistema natural – segundo o modelo racional as organizações são instrumentos para a realização de um fim. No sistema natural a organização tem um papel mediador entre as diversas demandas.

b) incentivos coletivos *versus* incentivos seletivos – os incentivos coletivos se traduzem em benefícios distribuídos igualmente entre todos os participantes. Os incentivos seletivos são benefícios distribuídos, de modo desigual, a apenas alguns participantes.

c) adaptação ao ambiente *versus* predomínio – a organização partidária ou se adapta de maneira passiva ao ambiente em que estão inseridas ou dominam esse mesmo ambiente, adaptando-o a si próprias e transformando-o.

d) liberdade de ação *versus* coerções organizativas – a liberdade a que esse dilema se refere é a liberdade dos dirigentes no comando da organização que podem ser limitadas pelos imperativos organizativos.

O primeiro resultado apontado pelo autor e advindo da discussão acerca dos quatro dilemas é o distanciamento da tese de Michels alterando a ideia de substituição de fins para articulação de fins, ou seja, em uma organização consolidada aos fins é adaptada às exigências organizativas, porém as atividades relacionadas aos fins primeiros devem ser continuamente realizadas, pois está ligada à identidade coletiva do partido e a legitimidade da liderança. Há uma atenuação da relação entre os objetivos e os comportamentos:

Com o processo de articulação, os objetivos oficiais tornam-se, em relação à fase genética do partido, mais vagos e mais imprecisos. Frequentemente, mas não sempre, isso implica a transformação da ideologia manifesta (objetivos explícitos e coerentes) a latentes (objetivos implícitos, contraditórios). [...] a coerência entre os comportamentos do partido e os seus objetivos oficiais será constantemente reafirmada pelos líderes, mas dentre as muitas estratégias consideradas viáveis para a obtenção dos objetivos oficiais serão selecionadas somente aquelas compatíveis com a estabilidade organizativa (PABENIANCO, 2005, p. 32)

É importante notar que já é possível perceber tal articulação no texto de Kirchheimer, na transformação dos partidos de massas em partidos do tipo *catch-all*. Przeworski ao dispor sobre as primeiras tentativas dos partidos de massas de participar das eleições demonstra os primeiros dilemas no que diz respeito ao partido se afastar de seus objetivos, ou seja, a fim de obter sucesso eleitoral o partido deve articular seus fins afetando sua organização.

Há um intenso debate no final do século XIX e início do século XX sobre participar e como participar do jogo eleitoral dilemas que culminaram com os fenômenos posteriormente descritos por Panebianco e confirmada pela análise histórica de Przeworski (1988, p. 60):

[...] os partidos começam a aceitar apoio de outros grupos que não de trabalhadores somente depois que abandonam seus objetivos socialistas. Esta visão é simplesmente errada. Os partidos socialistas buscaram apoio fora da classe trabalhadora tão logo a possibilidade de vitória eleitoral tornou-se uma realidade e desde então continuaram em zigue-zague entre uma busca por aliados e a ênfase na classe trabalhadora.

Ou seja, conforme afirmado por Panebianco não há um rompimento entre os objetivos e os comportamentos, mas uma atenuação. No exemplo citado por Przeworski há uma clara articulação dos fins no sentido de obter vitória no plano eleitoral.

Os dilemas organizacionais propostos por Panebianco se traduzem em exigências contraditórias que devem ser ponderadas pelos partidos e o modo em que são sopesadas definem a dimensão central da ordem organizativa, sendo que tal ordem varia de partido para partido.

Porém, o autor, se utiliza de duas teorias, a fim de propor uma hipótese de evolução organizativa que causa transformações culminando com a resolução dos dilemas organizativos, propondo um tipo ideal, a partir da adoção da teoria de Michels, que ele utiliza embora a considere radical, sobre o desenvolvimento oligárquico dos partidos e da teoria de Alessandro Pizzorno (1966) que constitui na distinção sociológica entre sistemas de solidariedades em que há um sistema visando a solidariedade entre os agentes e os sistemas de interesses em que o agente age visando seu próprio interesse. O autor propõe que com o passar do tempo o partido passa de um sistema de solidariedade para um sistema de interesses. As duas teorias, comparativamente,

Indicam que na evolução organizativa dos partidos se manifestam tendências mais ou menos constantes de passagem um momento inicial, no qual predominam certas exigências, para um momento posterior no qual predominam exigências diferentes [...] a transição do primeiro para o segundo momento se verifique com o processo de *institucionalização* organizativa (PANEBIANCO, 2005, p. 36).

A partir do momento que o partido se transforma, passando de uma fase inicial, em que a organização ainda está em construção para uma fase em que se estabiliza em nível de interesses e em seguida para sua sobrevivência e lealdades organizativas, o partido se consolida. Tal processo de transformação é o que o autor denomina como institucionalização, há um trânsito entre as fases descritas nos dilemas organizativos.

As fases se constituem variáveis nas quais o autor organizou sua análise, utilizando os conceitos centrais do modelo originário e o da institucionalização, sendo relação entre elas que explicam sua tipologia (PANEBIANCO, 2005, p. 125).

Os conceitos referentes ao modelo originário são aqueles fatores inerentes à combinação de variáveis que caracterizam a organização e definem suas características genéticas. Panebianco parece concordar com a análise duvegeriana ao afirmar que os traços que sustentam a gênese do partido exercem influências sobre as suas características organizativas, porém afirma que a distinção feita pelo cientista político francês, acerca da origem partidária interna ou externa, é satisfatória apenas em parte, não podendo ser “o eixo que sustenta a diferenciação de ordem genética entre diversos partidos” (2005, p. 94).

Ampliando a discussão, Panebianco aponta três fatores distintos para compreender a definição do modelo originário específico de cada partido. O primeiro deles diz respeito ao modo como se iniciou ou de desenvolveu a construção da organização, se por penetração territorial, ou por difusão territorial, ou, ainda pela combinação de ambas as modalidades.

a) O desenvolvimento da organização partidária a partir da *penetração territorial*, quando um centro controla a expansão para a periferia (formação de associações locais e intermediárias do partido); da *difusão territorial*, quando a expansão acontece espontaneamente por ação das elites locais, que posteriormente se unem a uma organização nacional; ou na combinação dos dois processos (AMARAL, 2013, p. 42)

O segundo fator consiste na presença ou ausência de uma instituição externa ao partido, que o patrocine, decorrendo daí a distinção entre partidos de legitimação externa de partidos de legitimação interna.

O terceiro e último fato é dado pelo caráter carismático ou não da formação do partido. O partido é formado por uma liderança carismática que “se coloca como o idealizador e o intérprete incontroverso de um conjunto de símbolos políticos [...] que se tornam inseparáveis de sua pessoa” (PANEBIANCO, 2005, p. 97).

Os líderes, na fase genética do partido, elaboram as metas ideológicas do partido, seleciona sua base social, seu território “de caça”, e fazem dessas metas e dessa base social o alicerce da nova organização, porém com desvios inevitáveis em razão de diversos fatores. Contudo, a partir da institucionalização, se observa um salto de qualidade, que se traduz no processo pelo qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido, tais objetivos são articulados às exigências organizativas.

A institucionalização é provocada por dois processos simultâneos: o desenvolvimento de interesses para a manutenção da organização; e o desenvolvimento de lealdades

organizativas difusas. Em suma, “transita então de um *sistema de solidariedade*, em que predominam os incentivos coletivos e a ideologia é manifesta [...] para um *sistema de interesses*, em que sobressaem os interesses coletivos e a ideologia é latente” (AMARAL, 2013, p. 43).

Panebianco afirma que a institucionalização pode ser medida pelo grau de autonomia do ambiente que a organização se desenvolveu e pelo grau de sistematicidade de interdependência entre as diversas partes da organização. A autonomia diz respeito à capacidade do partido de lidar diretamente com os processos de troca com o ambiente, a sistematicidade, por sua vez, se refere ao grau de coerência na estrutura interna do partido.

Os partidos podem ser mais ou menos institucionalizados e cinco indicadores do diferente grau de institucionalização dos partidos devem ser utilizado: o grau de desenvolvimento da organização extraparlamentar central; o grau de homogeneidade; as modalidades de financiamento; as relações com as organizações colaterais externas; e a correspondência entre normas estatutárias e “constituição material” do partido.

Panebianco justifica a necessidade sobre a reflexão nas transformações organizativas dos partidos, em razão disso poder ser o ponto de partida para que se reflita sobre processos políticos mais amplos. O autor concorda com Kirchheimer, apontando que os partidos de massas propostos na tipologia de Duverger se perfaz apenas como uma etapa do desenvolvimento organizativo, porém redefine a denominação de partido *catch-all* para partido profissional-eleitoral.

Há um processo de desinstitucionalização, na medida que o partido burocrático de massas é uma instituição forte e o partido profissional-eleitoral uma instituição fraca, de acordo com as variáveis e conceitos propostos pelo autor.

Reiterando as análises de Kircheimmer, acima citadas, o autor propõe que os partidos de massas deixam de ter um caráter burocrático vinculado à *classe gardée* para uma progressiva profissionalização, deslocando “seu centro de gravidade dos filiados para os eleitores” (PANEBIANO, 2005, p. 513), apontando duas principais variáveis que tem incidência sobre a velocidade e intensidade da transformação: a) a transformação é mais rápida se o grau de institucionalização for mais fraco; b) o grau de fragmentação do sistema de partidos.

Já a transformação partidária tem origem em dois tipos de mudança ambiental, a primeira diz respeito a modificações ocorridas nas características e nos posicionamentos culturais dos grupos ocupacionais, modificando a estrutura social e por via de consequência os territórios de caça dos partidos e agido sobre sua arena política. A segunda é consequência da reestruturação do campo da comunicação política sob o impacto dos meios de comunicação de massa, é uma mudança do tipo tecnológica. Panebianco afirma:

As mudanças da estrutura social e nos sistemas de comunicação política contribuem para a erosão das subculturas políticas tradicionais, “congeladas” durante muito tempo, graças à força do estabelecimento organizativo dos partidos burocráticos de massas (2005, p. 519).

Panebianco não cita em sua tipologia, baseada no modelo genético e na institucionalização, um modelo fechado ou ideal de organização partidária, mas sempre deixa em aberto um grau de fluidez das organizações dentro das variáveis propostas, sendo “muito comum a sobreposição das características dos modelos, o que provoca tensões e conflitos internos nos partidos” (AMARAL, 2013, p. 45).

As transformações decorrentes dos dilemas organizativos e do processo de profissionalização partidário apontam um declínio geral dos níveis de participação e envolvimento nas atividades dos partidos, por partes dos grupos sociais que os integravam, sendo assim, os partidos se viram obrigados a buscar outras fontes de recursos.

Como os membros dos partidos agora ocupavam papel de governantes e legisladores tornou-se fácil voltar as relações dos partidos para o Estado, a partir da regulamentação de subsídios estatais, constituindo, a partir daí um dos principais recursos financeiros e materiais que garantem a atividade partidária tanto no parlamento quanto na sociedade civil, surge nesse novo contexto o denominado partido cartel,

O Estado passa a ser o principal financiador da atividade partidária. Enquanto o partido *catch-all* dispunha de formas variadas de financiamento e o partido de massas dependia essencialmente das contribuições de seus filiados, o partido-cartel liberta-se da sazonalidade destes recursos e encontra na estabilidade estatal um fluxo de caixa mais estável (ANDREIS, 2008, p. 6).

Katz e Mair (1995) propõem que o modelo de partidos de massa é um modelo temporalmente limitado. Ademais, a literatura se limitou a formular tipologias baseadas na relação entre os partidos e a sociedade civil, situação que apresenta duas implicações: o modelo de massas como padrão e subestimar a relação dos partidos com o Estado. Ambas são infundadas.

Os autores defendem que a concepção de democracia e a estrutura social que existia à época do surgimento dos partidos de massas já não existem na sociedade pós-industrial, logo o modelo de partido de massas é apenas uma etapa no processo de desenvolvimento partidário.

Sendo assim, a partir do momento em que se observa o estreitamento da relação dos partidos com o Estado, verifica-se o surgimento do modelo de partido cartel, tornando-se, os partidos, agentes que empregam recursos do Estado, a fim de garantirem sua sobrevivência coletiva.

Os autores fazem uma ampla revisão da literatura demonstrando a evolução das tipologias partidárias desde os partidos de quadros, partidos de massas e partidos do tipo *catch-all* e demonstrando como dessa evolução emergiram os partidos cartel.

De tal análise se infere que antes, o interesse eleitoral do partido estava voltado para os seus objetivos políticos, porém com o novo modelo ganhar ou perder eleições pode ser determinante para sua sobrevivência, já que os recursos para sua sustentabilidade procedem, cada vez mais, do Estado (1995, p. 26), ou seja, na mesma medida em que os partidos que exerciam o papel de governo e legislador podiam criar subvenções estatais, podiam também limitá-las a partidos que estão fora do poder.

Porém, com o decorrer do tempo, poucos partidos se encontravam fora do governo, com algumas poucas exceções de partidos extremistas, o que reduziu as diferenças entre perdedores e ganhadores, fazendo surgir o partido cartel caracterizado por sua interpenetração com o Estado e também por um conluio entre os partidos, sendo que para o desenvolvimento do tipo partidário em análise se faz necessária a cooperação e formulação de acordos entre os partidos.

Percebe-se, neste ponto da análise, que embora o autor enfoque seu estudo na relação entre os partidos e o Estado, é necessário verificar a relação entre partidos, de tal forma que os autores colocam a tradição de cooperação intrapartidária como umas das variáveis explicativas do desenvolvimento do modelo em diversos países.

As características do partido cartel são indicadas a partir da distinção com os demais modelos de partidos, ressaltando, os autores, que tal distinção está relacionada com o contexto social e político concreto em que cada um dos tipos surgiu. É importante, ressaltar, que do ponto de vista histórico é possível verificar a coexistência dos tipos partidários, ou seja, a emergência de um tipo não significa necessariamente a extinção do tipo anterior.

Do ponto de vista da competição partidária, com o surgimento do partido cartel tal competição, na arena eleitoral, se limita a convencer o eleitorado de que o partido que está na disputa é a opção que garante uma gestão mais efetiva e eficiente, porém a concorrência é controlada, de tal forma que, apesar de ainda competirem, os partidos compartilham com os seus concorrentes um interesse mútuo na sobrevivência organizacional coletiva. A partir do estilo de competição descrita, os partidos cartel apoiam suas campanhas, cada vez mais na obtenção de recursos estatais.

Com relação à militância, ao contrário do que ocorre com os partidos de massas, aquela tem um papel marginal e menos privilegiada na organização partidária, o modelo enfatiza os membros como indivíduos e não como grupos organizados. A organização partidária se baseia

em uma estratarquia, sendo independente os diversos estratos existentes dentro da organização e os membros são vistos individualmente e não como grupos organizados.

Há uma ideia centrada no texto de que a emergência do partido cartel implica em uma revisão do modelo normativo, focando nas eleições, em que a competição eleitoral passa a ser tão somente um procedimento, na medida que há uma mudança no padrão dessa competição partidária, pois nenhum dos principais partidos está totalmente de fora do governo.

Ora, se o Estado organiza eleições competitivas. E dado que as eleições democráticas requerem partidos políticos, o Estado também proporciona a existência dos partidos políticos. Ao final, está claro que são os partidos que estão no poder que formam o Estado e dão essa garantia, logo os partidos garantem sua própria existência (KATZ; MAIR, 2004, p. 36).

Contudo, os partidos cartel são incapazes de eliminar a oposição política de forma geral, de modo que o modelo apresenta suas próprias contradições internas e os partidos cartel acabam por gerar sua própria oposição dentro da arena eleitoral.

Tal afirmação, aliada aos desafios que os tipos partidários enfrentaram e enfrentam, demonstra claramente que os autores acreditam deverá emergir um novo modelo a partir dos partidos do tipo cartel, tal qual ocorreram com os modelos que o antecederam.

Verifica-se, portanto, a preocupação da literatura em formular tipologias necessárias para explicar a dinâmica organizacional dos partidos políticos, bem como suas relações intrapartidárias, com a sociedade civil e com o Estado. Tais estudos se revertem em grande importância para o estudo da matéria, porém a análise das transformações partidárias deve estar além das tipologias clássicas, servindo estas de base para se repensar o papel dos partidos em seu contexto social e político específico.

E se observarmos mais atentamente, as análises mapeadas neste capítulo têm como foco as mudanças ocorridas por partidos de esquerda, denominados por Duverger, de maneira genérica, como partidos de massas. Se pensarmos nas características destes partidos em contraposição aos partidos de quadros, de caráter conservador, fica fácil concluir as razões pelas quais a literatura optou por descrever assim as transformações partidárias.

Assim como a esquerda se renovou no curso da história, conforme já citado, por conta de seu caráter revolucionário, as tendências dos partidos que se encontram deste lado do espectro também se renovam acompanhando aquele curso. Os partidos socialistas enfrentaram diversas derrotas eleitorais, em razão não obterem o apoio da maioria dos trabalhadores, desta feita o partido se via obrigado buscar apoio em outras classes, com o intuito de obter vitória na competição eleitoral, por essa razão há um caminho desideologização, ou seja, o partido de se

afasta de sua base, conforme proposto por Kirchheimer (2012), para em seguida os partidos se profissionalizarem (PANEBIANCO, 1980), por conta das mudanças e desafios ambientais.

Se afastando dessas massas que inicialmente formavam sua base e obtendo vitória eleitoral, o partido se aproxima do Estado e o busca como fonte de recursos para sua manutenção.

1.3 Dilemas e Organização Partidária

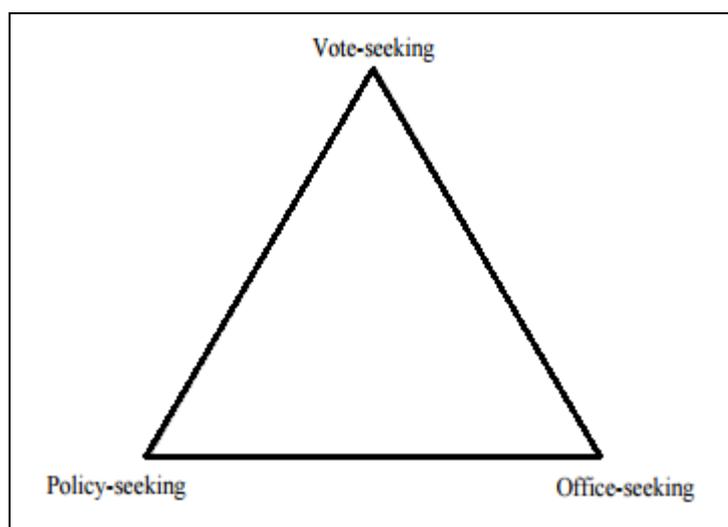
Após a formulação do modelo de partido do tipo cartel, Wolinetz (2002) formulou novas bases para as classificações partidárias, classificando-os a partir de características presentes em cada modelo, quais sejam: *vote-seeking*, *policy-seeking* e *office-seeking*.

Embora por muitas vezes tal classificação seja encarada como uma tipologia, podemos dizer que nos serve como base para orientarmos os dilemas estratégicos, vez que o partido pode guardar características dos três modelos podendo se aproximar mais de um ou de outro.

Wolinetz (2002) observa que a literatura clássica, abordada neste capítulo, já não dá conta das transformações sofridas pelos partidos no decorrer do tempo, ressaltando que os estudos tem se fincado a analisar apenas a Europa Ocidental, a literatura mais recente tem dado atenção aos sistemas partidários em detrimento dos partidos de maneira individual, o fato dos estudiosos estarem fascinados pelas persistentes mudanças nos partidos e, bem como, sempre foi dada mais atenção aos partidos de esquerda do que aos partidos de direita.

Até aquele momento, desde a formulação do modelo de partido cartel, não se vislumbravam novas tipologias ou classificações relevantes no estudo dos partidos políticos, razão pela qual Wolinetz apontou as direções para as quais os estudiosos deveriam ir, a fim de desenvolver esquemas classificatório mais significativos. Criando um esquema em forma de triângulo, assim dispôs sua orientação: na base do lado esquerdo partidos com características *policy-seeking*, do lado direito *office-seeking* e na ponta *vote-seeking*.

Figura 1 – Orientação dos partidos políticos.



Fonte: WOLINETZ (2002).

Os partidos do tipo *policy-seeking* se caracterizam por ter programas e ideologias bem definidos e por vezes priorizam mais tais características do que a vitória eleitoral, há uma rede ativa de ativistas e militantes. Os partidos *office-seeking*, por sua vez, priorizam a participação nas coalizões governamentais, evitam compromissos programáticos ou ideológicos que dificultem a formação de alianças políticas, seus membros visam cargos no governo. E, por fim, os partidos *vote-seeking* visam a vitória nas eleições e tendem a flexibilizar sua ideologia na busca por seu objetivo, não se caracterizam por ter um grande número de filiados envolvidos na atividade partidária. Segundo Amaral (2013),

Wolinetz (2002) critica também a unidirecionalidade presente nos trabalhos de Duverger (1980), Kirchheimer (1966), Panebianco (2005) e Katz e Mair (1995), entre outros. Para o autor, assim como para Ware (1996) e Krouwel (2006), é impossível afirmar que exista uma tendência homogeneizante na evolução dos partidos políticos. Pressões ambientais variadas, como um determinado panorama socioeconômico ou contexto institucional, combinadas com as características internas dos partidos e o comportamento de suas lideranças, podem, por exemplo, produzir transformações distintas em partidos com características semelhantes. Nesse sentido, mais importante do que determinar as tendências evolutivas nos partidos políticos, seria descobrir as variáveis que provocam as transformações partidárias.

Logo, o que se percebe é que Wolinetz (2002) destaca que não existe uma direção única na evolução das agremiações, isto é, os partidos podem absorver diferentes tipos de ideais em períodos históricos diferentes e sob as mais variadas circunstâncias. Para ele, as agremiações podem conter diversas características tipológicas em sua estrutura.

Dentro dessa perspectiva, Wolinetz (2002), a partir das tipologias já existentes, buscou desenvolver uma nova abordagem capaz de abranger a multiplicidade de características que os

partidos políticos adquiriram nos últimos anos. Sua principal variável de análise está relacionada com o comportamento dos partidos políticos e que tais comportamentos que geram as transformações partidárias também sofrem a influência de uma variedade de fatores.

Assim, os partidos de esquerda já não se confundem com os clássicos partidos de massa de Duverger e devem ser verificados de acordo com seu comportamento e suas características, porém sem ignorar toda a literatura até aqui analisada e como essas transformações explicam os dilemas que os partidos atravessam atualmente.

Amaral (2013), em ampla revisão da literatura sobre partidos políticos, aponta as três temáticas que a literatura internacional vem discutindo atualmente: a) relação com filiados; b) relação com organizações da sociedade civil; e c) processos decisórios internos. O que se verifica é a tentativa de rompimento da literatura com as tipologias clássicas, bem como a desnecessidade da formulação de novas tipologias.

Os estudos mais recentes tem buscado verificar contextualmente as organizações partidárias, a partir de estudo empíricos dentro da agenda de pesquisa acima citada. Um amplo número de estudos indica a queda no número de filiados nos partidos da Europa, bem como as razões para esse fenômeno com destaque para a ideia de que as lideranças partidárias perdem incentivos para recrutarem novos membros à medida que se aproximam do Estado, tal situação está vinculada às subvenções estatais, formulações que remontam sempre a partir do surgimento da ideia de partido cartel.

Parte da literatura afirma que à medida em que os custos para manutenção do partido vêm do contribuinte, não faz sentido o esforço em manter uma grande base de filiados, já que os partidos agora são financiados pelo Estado. A mesma lógica pode ser aplicada à relação dos partidos com as organizações da sociedade civil.

Os estudos da relação entre os partidos e o Estado se aprofundaram ao ponto de a literatura observar o partido político como ente público (VAN BIEZEN, 2004) em contraposição à ideia dos partidos como associações privadas, Ingrid Van Biezen (2004) afirma que em casos recentes de democratização, foram atribuídos aos partidos uma posição privilegiada em termos constitucionais e legais, onde o Estado desempenha um papel decisivo no financiamento partidário (2004, p. 702).

Em termos organizacionais e de estratégias eleitorais, Van Biezen ressalta a importância das subvenções estatais, principalmente nas democracias emergentes e nos novos e pequenos partidos, tendo em vista que estes partidos são pouco desenvolvidos organizacionalmente e lhes dá a possibilidade de disputarem em pé de igualdade com os grandes partidos (2004, p. 709).

E é possível verificar no partido em análise tal importância. O PSOL é um partido de esquerda que foi formado por políticos de carreira e que contava em 2005, ano de sua fundação, com pouco mais de 4000 (quatro mil) filiados, razão pela qual sua principal receita advinha (e ainda advém) do fundo partidário. É um partido de esquerda que já nasce em um contexto em que, estruturalmente, a esquerda partidária já passou por transformações significativas: flexibiliza-se ideologicamente e adere, definitivamente, ao mercado eleitoral em contextos democráticos.

Assim sendo, partidos de esquerda que possuem a pretensão de ocupar espaços na política institucional, como o caso do PSOL, busca o êxito eleitoral. Sendo assim seguindo o conceito de institucionalização proposto por Panebianco (2005), a organização tem valor em si mesma, buscando sempre alcançar seus objetivos em detrimento de seus filiados, porém sem abandonar suas bases ideológicas.

Em termos de dilemas estratégicos, tanto organizacionais quanto eleitorais, o modelo proposto por Wolinetz (2002) parece ser o mais adequado para demonstrar, após as análises dos dados adiante dispostos em qual ponto do triângulo (Fig. 1) o PSOL está próximo, vez que, conforme verificaremos as teorias não explicam de maneira satisfatória o desenvolvimento organizacional e as estratégias eleitorais do partido.

A literatura acima descrita traça um contexto dos partidos e sistemas partidários europeus. A nível de América Latina é importante destacar o trabalho de Levitsky *et al* (2016) que busca explicar a construção dos partidos latino-americanos, principalmente pós terceira onda democrática.

Olhando para as experiências dos países da região, o autor criou uma tipologia baseada no sucesso do partido, a partir de dimensões eleitorais e temporais, sendo o fator de sucesso um mínimo de votos. O partido será bem-sucedido se ele ganhar pelo menos 10% dos votos em cinco ou mais eleições consecutivas para o legislativo. O partido será classificado como um fracasso se, por si só ou em coligação, ganha entre 1% e 10% dos votos em pelo menos uma eleição legislativa nacional, mas posteriormente se dissolve, se funde com outro partido, ou desce abaixo de 1% dos votos antes de atingir cinco eleições nacionais consecutivas.

O partido é marcado como marginal se, por si só em coligação, ganha entre 1% e 10% por cento dos votos em cinco ou mais nacionais eleições consecutivas ou, ao longo de cinco eleições consecutivas, ganha entre 1% e 10%, desce abaixo de 1%, e, em seguida, retorna para entre 1% e 10%.

Já o partido flash é aquele que obtém 10% ou mais dos votos em pelo menos um, mas menos do que cinco vezes consecutivas eleições legislativas nacionais, e então cai permanentemente abaixo do limiar de 10%.

O partido será malsucedido (personalista) se ganhar menos 10% dos votos em cinco eleições consecutivas, mas, em seguida, entra em colapso ou se tornar marginal logo após seu líder fundador deixou de ser uma opção viável candidato presidencial (devido à morte, forçado ou aposentadoria voluntária, ou abandono do partido).

É considerado como incompleto (de sucesso) se ele ganhou pelo menos 10% dos votos em uma ou mais eleições consecutivas, incluindo o mais recente, mas ainda não atingiu o limite de cinco eleição. Por fim, o partido é marcado como incompleto (marginal), se, por si só ou em coligação, que ganhou pelo menos 1% dos votos em um ou mais eleições consecutivas, incluindo os mais recentes, mas ainda não competiram em cinco eleições consecutivas, é o caso do PSOL.⁵

Além de dispor sobre sua tipologia levando em conta os resultados eleitorais, o autor cita o aspecto organizacional, a fim de que o partido obtenha sucesso, devendo a agremiação cultivar fortes identidades, construir uma base sobre o território do país e manter coesão organizacional.

Noam Lupu (2016), também olhando para as experiências latino-americanas, aponta que para obterem sucesso os novos partidos devem construir uma base partidária, a fim de desenvolver uma marca forte.

O desafio do presente trabalho consiste justamente em integrar as duas arenas (organizacional e eleitoral). Braga *et al* afirmam que “a influência nos resultados eleitorais da maior abrangência de filiados e diretórios permanece nebulosa. Trata-se de um problema que deve ser pensado para que as duas arenas possam ser vistas de maneira mais integrada” (2012, p. 30).

⁵ Tipologia descrita a partir de tradução livre do texto do autor.

CAPÍTULO 2

ORGANIZAÇÃO DO PSOL

2.1 Breve Histórico do nascimento do partido

O PSOL nasceu a partir da confluência de algumas alas mais radicais que foram expulsas do PT ou que posteriormente se desligaram deste último por insatisfação no que concerne à democracia intrapartidária.

As transformações na organização do PT, advindas das sucessivas derrotas nas eleições presidenciais na década de 1990, fez com que a agremiação reformulasse seu Estatuto, com o fim de flexibilizar as filiações e em 2001 instituiu as eleições diretas no âmbito do partido com o fito de favorecer uma facção partidária, qual seja o Campo Majoritário que manteve todos os cargos estratégicos de partido e venceram as eleições partidárias nos anos de 2001, 2005, 2007 e 2009.

Após vitória do candidato Lula nas eleições gerais de 2002 e a consequente chegada na Presidência em 2003 “empurrou o partido a comportamentos ainda mais pragmáticos e aliancistas” (RIBEIRO, 2013), ou seja, dentro do espectro ideológico o PT estava partindo rumo ao centro.

No mês de outubro do ano de 2003, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado realiza um congresso, ocasião em que se formou a tendência partidária denominada “Socialismo e Liberdade” que rompeu com o partido ao fim do congresso, o movimento se ampliou e passou a ser denominado Coletivo Socialismo e Liberdade (C-SOL).

Naquele mesmo ano, durante o primeiro ano de mandato do Presidente Lula, no mês de dezembro, uma senadora e três deputados, sendo eles, respectivamente, Heloísa Helena (AL), Luciana Genro (RS), João “Babá” Batista Araújo (PA) e João Fontes (SE), respectivamente, foram levados à julgamento na Comissão de Ética do PT por votarem no Congresso Nacional contra as medidas apoiadas pelo governo petista.

As correntes políticas de Babá e Luciana Genro, respectivamente a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Movimento Esquerda Socialista (MES), historicamente oriundas do trotskismo ortodoxo, consideraram-se expulsas do partido e desfiliam-se dele. A situação de Heloísa Helena é mais complicada. Heloísa pertencia à DS, tendência interna do PT que já havia decidido continuar no partido. A DS era ligada a um setor mais moderado do trotskismo, relacionada com o antigo Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional. Mesmo assim alguns militantes da DS, de diversas regiões do país, em solidariedade a Heloísa, também se consideraram expulsos e saem do PT (POMPÊO, 2007).

A partir daí os parlamentares se uniram a outros intelectuais de esquerda e iniciaram o movimento de fundação do Partido Socialismo e Liberdade, sob a alegação de que o Partido dos Trabalhadores havia abandonado a bandeira socialista e o Partido surgia como alternativa política à esquerda que pudesse abrigar os lutadores do socialismo.

Em janeiro de 2004, reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro e lançaram a Esquerda Socialista e Democrática – Movimento por um Novo Partido (ESD) e em junho do mesmo ano no encontro do grupo foi lançado o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, em que já foi decidido acerca da Executiva Nacional, o Diretório Nacional e o Estatuto, provisórios (FERRARI, 2005), o movimento culminou com a obtenção do registro definitivo do partido em 15 de setembro de 2005, agregando diversas correntes internas, desde reformistas até revolucionárias.

Ainda no ano de 2005, conforme citado acima, o Campo Majoritário venceu as eleições no âmbito do Partido dos Trabalhadores, gerando a insatisfação de alguns petistas históricos que migraram para o recém-formado Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, entre outros, os então deputados federais Ivan Valente (SP), Chico Alencar (RJ), Maninha (DF), João Alfredo (CE), os deputados estaduais Afrânio Boppré (SC), Randolfe Rodrigues (AP), Carlos Gianazzi (SP) e Brice Bragato (ES).

Ressalte-se que a maioria dos dissidentes haviam apoiado o candidato Plínio Arruda Sampaio nas eleições internas do PT e seriam dissidentes das correntes Democracia Socialista (DS), Articulação de Esquerda (AE) e a Ação Popular Socialista (APS), que tem como seu principal representante o deputado Ivan Valente.

Se faz importante destacar as correntes internas do PT que se mobilizaram rumo ao novo partido, em razão das lideranças que chegam ao PSOL com capital político consubstanciado aqui nos membros partidários e de militância histórica em partidos de esquerda.

O partido, em seu programa⁶, demonstra uma preocupação em se aproximar dos movimentos sociais: “somente pode ser construída no estímulo à mobilização e auto-organização independente dos trabalhadores e de todos os movimentos sociais”. Dispôs em seu Estatuto desde o provisório aprovado em 2004, sobre os Setoriais e na reforma estatutária de 2010, dedicou um capítulo para regulamentar o funcionamento de tais instâncias partidárias que será analisado adiante.

⁶ O Programa do partido aprovado no Encontro Nacional de fundação do P-SOL, realizado nos dias 05 e 06 de junho de 2004 encontra-se disponível em seu sítio eletrônico na página: <<http://www.psol50.org.br/partido/programa/>>

2.2 Análise dos Estatutos

A análise das transformações organizacionais referentes aos filiados, capilaridade organizativa, financiamento e a estrutura decisória interna do partido tem como ponto de partida a verificação do Estatuto e das normas oficiais, segundo Ribeiro (2013, p. 229) “as normas oficiais constituem uma baliza que permite o cotejamento entre o funcionamento partidário formalmente previsto e a dinâmica real da organização”.

O PSOL editou seu primeiro Estatuto, de maneira provisória, em 2004, publicado pela Resolução/TSE nº 22.083, em 30 de setembro de 2005 em que previa os seguintes órgãos partidários: a) O Congresso Nacional (órgão supremo do Partido); b) A Convenção Nacional; c) O Diretório Nacional; d) A Convenção Estadual; e) O Diretório Estadual; f) A Convenção Municipal; g) O Diretório Municipal; h) Os Núcleos de Base.

Durante o II Congresso Nacional do PSOL realizado em 22 de agosto de 2009, na cidade de São Paulo foi aprovado um novo Estatuto em que é possível verificar algumas mudanças sensíveis na organização interna formal do partido e na distribuição dos recursos do fundo partidário.

Os critérios de filiação permaneceram os mesmos, bastando para tanto que o indivíduo no pleno gozo de seus direitos políticos aceite o programa do Partido, sendo a disciplina partidária bastante rigorosa no que concerne aos deveres de seus filiados, mantendo-se os mesmos direitos e deveres em ambos estatutos, bem como as regras concernentes à disciplina e fidelidade partidária, sendo a atuação unificada dos filiados o objetivo estratégico da democracia partidária.

O partido de se organiza nos três níveis federativos com a convenção equivalendo à instância máxima decisória em cada unidade federativa que detém as competências referentes à escolha dos candidatos, sendo que as escolhas a nível Estadual devem ser referendadas pela Convenção Nacional e as de nível Municipal homologadas pela Convenção Estadual e referendadas pela Convenção Nacional.

A deliberação e definição de política de alianças até o ano de 2010 era de competência do Congresso Nacional passando, após as alterações estatutárias, a ser competência do Diretório Nacional. É possível observar uma centralização no tocante a tal competência, haja vista que o Congresso Nacional é formado por delegados, em condições estatutárias, eleitos em plenárias de Núcleos de Base ou reuniões de Núcleos de Base, por município ou zonal e o Diretório Nacional através de eleições no Congresso, a partir de chapas apresentadas na ocasião, respeitando-se a proporcionalidade dos votos obtidas por cada uma.

Ou seja, há uma descentralização das deliberações tomadas pelo Congresso Nacional ao passo que o Diretório Nacional centraliza suas competências, uma vez que naquele órgão os filiados são contemplados a partir dos núcleos de base e nestes há a possibilidade de membros partidários exercerem influência política, a fim de o integrarem.

Ainda assim é possível observar um alto grau de democracia intrapartidária, pois o Estatuto não prevê membros “natos” em suas instâncias superiores e a eleição do Diretório Nacional respeita a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa que se colocou à disposição, a fim de compor o órgão e evitar grandes concentrações de poder dentro do partido.

Art. 38 - O Diretório Nacional é o órgão dirigente máximo do Partido entre 2 (dois) Congressos.

Parágrafo único - Será eleito no Congresso, na forma do Regimento Interno e integrado por filiados em condições estatutárias, respeitando a proporcionalidade dos votos obtidos pelas diferentes chapas apresentadas no Congresso Nacional.

O Diretório Nacional é composto de 61 (sessenta e um) membros titulares de acordo com o Estatuto de 2010, no regramento anterior o órgão era composto por 47 (quarenta e sete) membros, além do que deixou mais clara a composição da Comissão Executiva.

Os Diretórios Estaduais e Municipais têm ampla autonomia para fomentar o debate político e resolver questões políticas e tática dentro do seu âmbito de atuação, desde que em conformidade com o Programa, Estatuto do Partido, bem como com o Congresso e Convenções Partidárias. Nos municípios com mais de um milhão de eleitores, os Diretórios Municipais devem se organizar em Zonais.

Os filiados são obrigados a pertencer a um Núcleo de Base que “formar-se-ão em função de regiões geográficas, questões de gênero, atividades profissionais, estudo ou trabalho, atuação nos movimentos sociais, e todos aqueles que possam ser considerados importantes pelo Programa partidário” (art. 61).

A mudança mais significativa no que diz respeito aos órgãos partidários, na alteração ocorrida no Estatuto em 2010, foi a regulamentação dos Setoriais⁷, como tais instâncias estreitam os laços entre o PSOL e os movimentos sociais, isso pode vir a explicar o fato de o partido ter triplicado o número de filiados desde então.

Com relação às finanças, 20% dos recursos do Fundo Partidário serão direcionados para a manutenção da Fundação Lauro Campos⁸. O restante será dividido 50% para a instância

⁷ A diferença básica entre Núcleos de Base e Setoriais, consiste no fato deste último intervir patidariamente junto aos movimentos sociais organizados e aquele primeiro tem como função organizar a militância.

⁸ Segundo disposto no Estatuto do PSOL: “Art. 100 – A Fundação Lauro Campos é entidade de direito privado instituída pelo PSOL com o objetivo de aprofundar a discussão dos fundamentos doutrinários do Partido, bem como estimular e promover a investigação e o debate ideológico, político e cultural, sobre as grandes questões da

nacional de direção e 50% para instâncias estaduais, deste último valor 20% serão divididos em partes iguais para todos os Estados e Distrito Federal e 80% destinado às instâncias estaduais de direção, divididos em partes proporcionais ao número de filiados reunidos ou representados quando da realização do último Encontro Estadual.

O Estatuto concede autonomia às instâncias estaduais a deliberação sobre os repasses às instâncias municipais, limitando, apenas, a cota que deve ser repassada, não podendo ultrapassar o montante de 50% dos valores recebidos.

Os recursos advindos das contribuições dos filiados são repartidos da seguinte forma: 20% para a direção nacional, 30% para a direção estadual e 50% para a direção municipal, onde não houver direção municipal constituída, os valores serão repassados para a instância imediatamente superior. Além disso, o PSOL não aceita contribuições ou doações provindas, direta ou indiretamente, de empresas multinacionais, de empreiteiras e de bancos ou instituições financeiras nacionais e/ou estrangeiros.

Essa configuração de distribuição dos recursos partidários foi alterada em 2010. Antes das alterações promovidas no II Congresso Nacional do PSOL, a instância nacional tinha direito a 60% dos recursos do fundo partidário (após o desconto de 20% destinado à Fundação Lauro Campos) e 40% para as instâncias nacionais, além do que o Estatuto não previa a forma de distribuição dos recursos provenientes das contribuições dos filiados.

Os filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares efetuam uma contribuição mensal ao Partido, no valor de 20% do total líquido de sua remuneração mensal, outra norma alterada em 2010, o valor anterior era 30%. Segundo Ingrid Van Biezen (1998, p. 690) tal norma “aumenta a subserviência dos representantes parlamentares relativamente ao partido extra-parlamentar”. O repasse é feito para a instância de direção equivalente ao nível federativo a que o mandato está vinculado. A regra se aplica em menor proporção aos filiados ocupantes de cargos de confiança.⁹

Por fim, é importante destacar que o PSOL faculta aos filiados a organização em tendências, com o fim defenderem posições e teses nos Congressos e fóruns partidários, contribuindo na elaboração teórica do Partido.

atualidade brasileira e mundial. Parágrafo único: Sempre que a sua natureza o permitir, a Fundação Lauro Campos buscará realizar atividades em conjunto com instâncias do Partido”

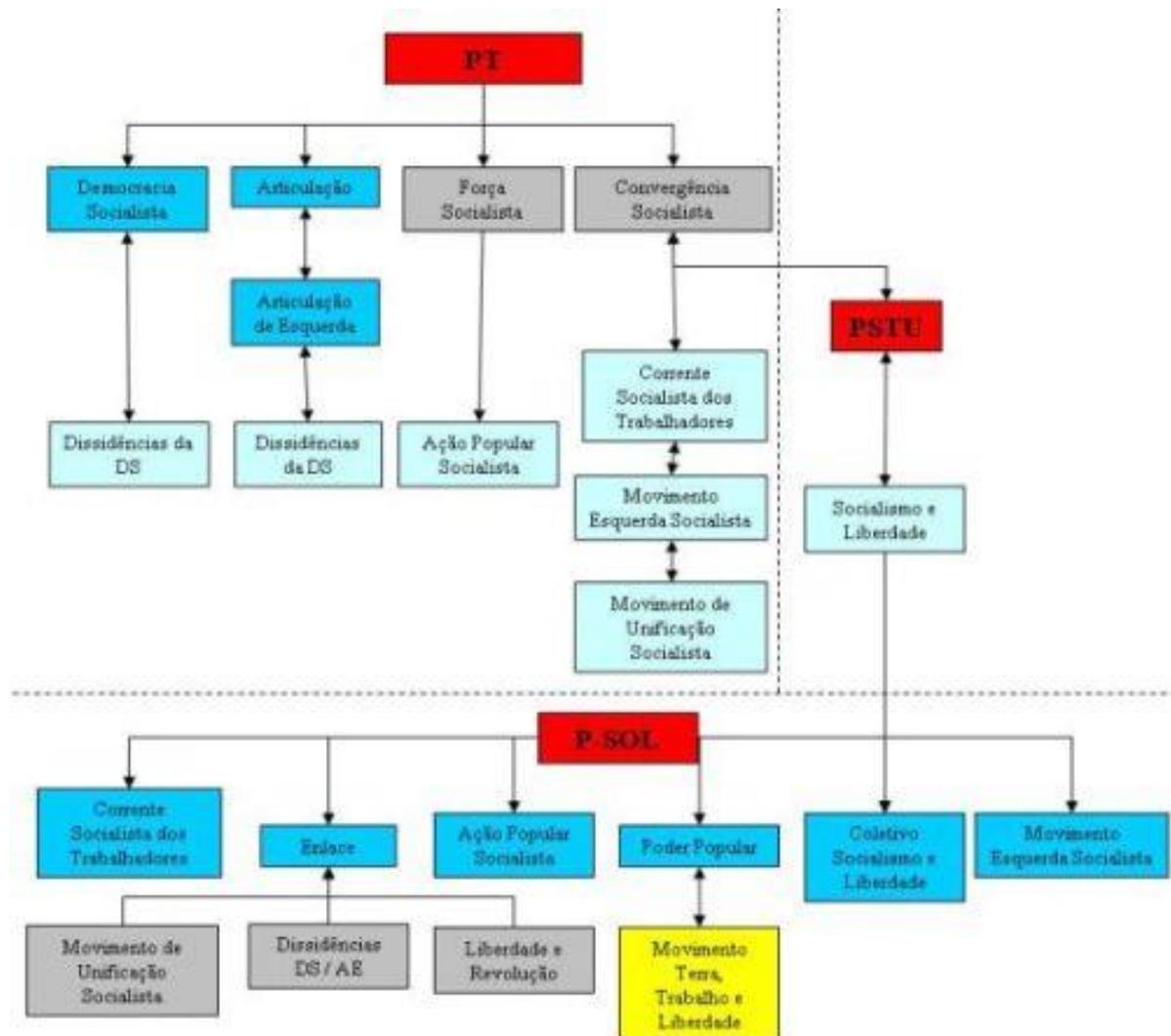
⁹ Art. 83 - Os filiados ocupantes de cargos de confiança, assessores dos detentores de mandatos executivos, mesas legislativas e lideranças de Bancadas e de parlamentares, que não sejam funcionários públicos efetivos, deverão efetuar uma contribuição financeira mensal, conforme tabela abaixo: I - de zero a 3 (três) salários mínimos, no valor correspondente à aquisição da carteira Nacional de Militante, estipulado pela Secretaria Nacional de finanças; II - acima de 3 (três) e até 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 1% (um por cento) do salário líquido mensal do filiado; III - acima de 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do salário líquido mensal do filiado;

A análise das regras formais do partido se faz importante para que se possa avaliar a lacuna entre a organização formal e informal, sendo necessário o conhecimento das duas para que se possa compreender o desenvolvimento organizacional do partido em análise (RIBEIRO, 2013, p. 229). Feitas as considerações acerca das normas estatutárias, há de se verificar como o PSOL se organizou desde seu nascimento em 2005.

2.3 Tendências e Lideranças

O PSOL herdou do Partido dos Trabalhadores a organização em tendências, o organograma abaixo formulado por Pompeo (2007) esboça as origens das tendências:

Figura 2 – Esboço das origens das tendências



Fonte: POMPEO (2007)

A organização em tendências está prevista no art. 116 do Estatuto do Partido, sendo livre e sujeitas às instâncias do partido:

A prerrogativa de constituição das tendências partidárias é fruto da concepção de Partido e sociedade acumulados na formação deste Partido, estando, assim, garantido aos militantes que coletivamente decidam organizar-se para defender posições e teses nos Congressos e fóruns partidários contribuir na elaboração teórica do Partido SOCIALISMO E LIBERDADE, atuar a partir de posições comuns no cotidiano da militância, organizarem-se em tendências.

Em 2014 as principais tendências do PSOL eram as seguintes: Ação Popular Socialista/Corrente Socialista (APS); Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL); Movimento de Unidade Socialista (MUS)/Fortalecer o PSOL; Somos o PSOL; Insurgência; Movimento Esquerda Socialista; Corrente Socialista dos Trabalhadores; Coletivo Resistência Socialista; Ação Popular Socialista/Nova Era; Coletivo Primeiro de Maio; Coletivo Rosa Zumbi; Liberdade Socialismo e Revolução; e Trabalhadores na Luta Socialista. De acordo com Eliel (2014, p. 66):

Atualmente, dois campos disputam o controle do partido: um setor moderado e majoritário (Unidade Socialista), capitaneado atualmente pela APS e por diversos grupos regionais; e um setor radicalizado (Bloco de Esquerda), composto por Insurgência, MES, APS-Corrente Comunista, CST, LSR, Carlos Gianazzi, entre outras organizações e lideranças. Entre eles o Coletivo Rosa Zumbi, que lançou tese própria (PSOL Necessário) no último Congresso, originando-se de um racha da APS.

A força das tendências que vieram do Partido dos Trabalhadores mobilizando seus integrantes a se filiarem ao novo partido, impactaram na rápida evolução do número de filiados e na captação de novos membros partidários.

Olhando para a experiência do Partido dos Trabalhadores, Amaral (2013, p. 147) afirma que a regulamentação das tendências teve importantes efeitos no que concerne à organização partidária, na medida em que aumenta o poder do centro decisório partidário e institucionaliza o processo de seleção de lideranças, assim como o de decisão sobre os rumos do partido.

No caso do PSOL, houve uma consolidação do campo moderado, após a renúncia da então presidente do partido Heloísa Helena (2004-2010), o partido naquela ocasião, por sua executiva nacional elegeu Afrânio Bopré da Ação Popular Socialista (APS) ficando este na presidência até o ano de 2011, oportunidade em que no III Congresso Nacional o Deputado Ivan Valente também da APS foi eleito presidente, tendo a chapa composta pelo setor moderado obtido 42,24% dos votos.

Durante o IV Congresso Nacional, realizado no ano de 2013, o setor moderado obteve 52% dos votos e indicou Luiz Araújo da APS como presidente do partido. Tendo sido reconduzido à presidência durante o V Congresso Nacional realizado em 2015, mantendo o campo no controle do partido, apesar das inúmeras críticas do Bloco de Esquerda.¹⁰

2.4 Capilaridade Organizativa

Conforme visto, as transformações decorrentes dos dilemas organizativos e do processo de profissionalização partidário apontam um declínio geral dos níveis de participação e envolvimento nas atividades dos partidos, por partes dos grupos sociais que os integravam, sendo assim, os partidos se viram obrigados a buscar outras fontes de recursos.

Como os membros dos partidos agora ocupando papel de governantes e legisladores tornou-se fácil voltar as relações dos partidos para o Estado, a partir da regulamentação de subsídios estatais, constituindo, a partir daí um dos principais recursos financeiros e materiais que garantem a atividade partidária tanto no parlamento quanto na sociedade civil, surge nesse novo contexto o denominado partido cartel, proposto por Katz e Mair (1995).

O estudo de Katz e Mair abriu uma nova agenda de pesquisa no campo dos partidos políticos, referente não ao relacionamento das agremiações com o Estado, mas delas com seus membros e como essa dinâmica vem se transformando.

Uma das principais temáticas amplamente debatidas pela literatura internacional, após o trabalho de Katz e Mair dizem respeito à relação dos partidos com seus filiados. A partir disso um amplo número de estudos indicam a queda no número de filiados nos partidos da Europa, bem como as razões para esse fenômeno com destaque para a ideia de que as lideranças partidárias perdem incentivos para recrutarem novos membros à medida que se aproximam do Estado, tal situação está vinculada às subvenções estatais, formulações que remontam sempre a partir do surgimento da ideia de partido cartel.

Parte da literatura afirma que à medida em que os custos para manutenção do partido vêm do contribuinte, não faz sentido o esforço em manter uma grande base de filiados, já que os partidos agora são financiados pelo Estado.

Amaral (2013, p. 66) citando Heidar (2006) afirma que “descobrir as variações no número de filiados no tempo e no espaço é um recurso analítico valioso para os estudos dos partidos políticos e sua relação com a sociedade de forma mais ampla”.

¹⁰ Não foi possível obter dados detalhados sobre as eleições internas do partido.

Porém, o que se percebe, principalmente nos países europeus, é um declínio no número de membros partidários. Sobre isso Van Biezen *et al* (2012) afirmam que os níveis de adesão aos partidos caíram para um nível tão baixo que já não oferecem mais um indicador significativo capacidade de organização partidária. Em alternativa, se a adesão ainda deve ser considerada uma oferta significativa da força organizacional do partido, a autora conclui que as agremiações atingiram um nível tão baixo que sua organização já não é mais um indicador relevante de sua capacidade.

A tendência ao declínio fora confirmada, recentemente, em trabalho formulado por Van Haute (2017) em que o conjunto de dados apresentados cobriu 397 partidos de 31 países, afirmando que o referido trabalho tem a intenção de propor uma agenda de pesquisa para o campo, além do que a base de dados oferece oportunidades de pesquisas sem precedentes.

A autora cita três aspectos dessa agenda de pesquisa. O primeiro diz respeito às variações interpartidárias que poderiam estar ligadas à posição que os partidos ocupam nos seus respectivos sistemas partidários. Isso ligaria as tendências de adesão aos ciclos eleitorais e governamentais, mas também à natureza do sistema partidário (número de partidos e competição ideológica). Em segundo lugar, as variações interpartidárias podem estar ligadas a características partidárias, tais como a família do partido, os tipos organizacionais do partido ou a idade do partido. A forma como as partes organizam e gerenciam suas regras de afiliação também pode ser importante. Por fim, o último aspecto cita a hipótese de que a vida e a dinâmica intrapartidária afetem os índices de filiação. Muitos estudos de casos isolados documentaram como a insatisfação interna ou os conflitos intrapartidários podem levar à saída coletiva (VAN HAUTE, 2017). Outra via para a pesquisa poderia, portanto, vincular à existência de facções e tendências, tal como expresso no grupo partidário parlamentar ou durante competições de seleção de liderança ou de candidatos e figuras de membros do partido.¹¹

Tais aspectos podem ser utilizados no presente estudo à medida que o PSOL nasceu das transformações internas do PT que se deslocou para o centro do espectro ideológico no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, logo após a segunda derrota de Lula em 1994, o partido passou a repensar seu programa de esquerda radical (LUPU, p. 79, 2014). Tal situação se encaixa na competição ideológica citada por Van Haute.

¹¹ Os três aspectos foram citados a partir de uma tradução livre do texto original.

O segundo aspecto não pode ser medido, pois o PSOL desde que nasceu não alterou suas regras de filiação, embora tenha realizado modificações em seu Estatuto, as regras concernentes à filiação permaneceram inalteradas como já vimos.

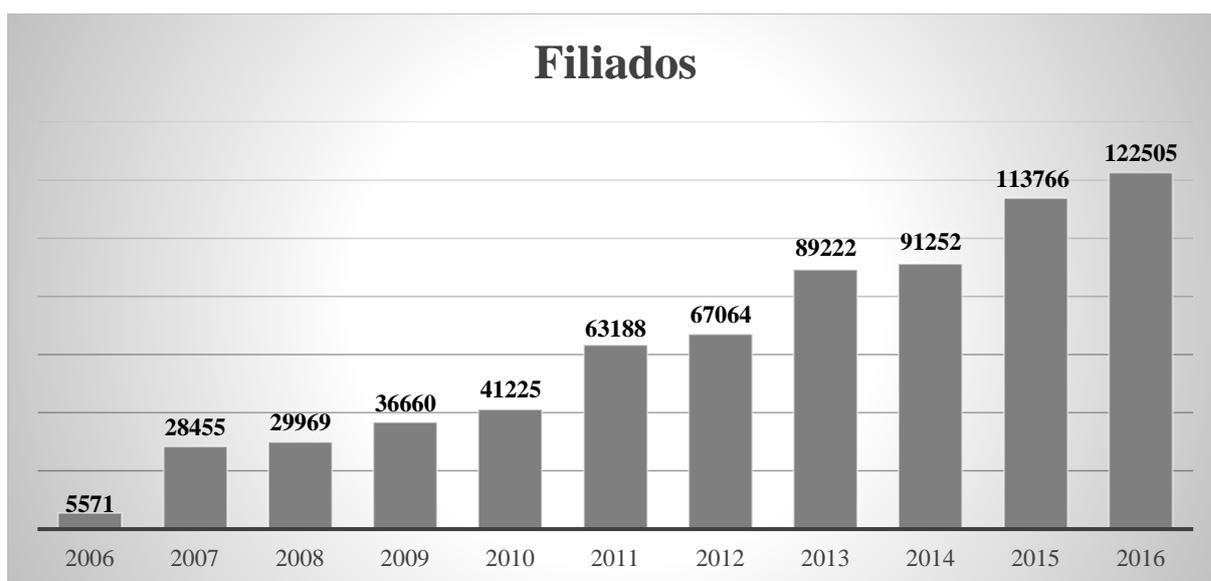
O terceiro aspecto tem relação com o primeiro, visto que as transformações internas do PT desagradaram algumas facções e tendências do partido culminando com indisciplina em votações no Parlamento, gerando a expulsão e/ou desligamento de outros que acabaram por levar suas tendências para o novo partido.

Percebe-se que os estudos acima citados tratam especialmente das democracias europeias. A nível de América Latina se faz oportuno destacar o trabalho de Levitski *et al* (2016) que fala dos passos que os novos partidos devem dar, a fim de se consolidarem: (1) O cultivo de fortes identidades, que passa pela diferenciação interpartidária e a consistência intrapartidárias; (2) A organização de base, a partir de uma construção territorial; (3) A Coesão organizacional.

Logo, é preferível que um estudo sobre a evolução do número de filiados do partido se dê a partir da penetração territorial, a fim de que se possa verificar a capilaridade organizativa e, por fim, para alcançarmos os objetivos do presente trabalho, observando se essa ocupação influencia significativamente nas estratégias e resultados eleitorais do partido.

Em dezembro de 2016 o Partido contava com 122.505 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e cinco) filiados regulares, segundo dados do TSE.

Gráfico 2.1 Evolução do número de filiados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Verifica-se que em anos em não eleitorais há um aumento considerável no número de filiados o que indica que o Partido, nesses anos, se dedica a atrair novos filiados ao passo que nos anos eleitorais o foco se volta para a competição.

Outro ponto que se observa é que triplicou o número de filiados entre 2010 e 2016, isso se deve, possivelmente, às alterações Estatutárias. O II Congresso Nacional do partido realizado em 2009 incluiu entre os órgãos partidários, os setoriais com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados, ou seja, o PSOL através destes órgãos busca estreitar os laços junto à sociedade civil atraindo, assim, novos membros.

Amaral (2013) ao analisar a base de filiados do PT faz uma relação interessante entre o número de eleitores e o número de filiados, a fim de verificar a taxa de Filiados por Mil Eleitores (FPME) em cada UF e a partir daí explicar o processo de formação do partido e seus grupos de origem.

Tabela 2.1 Número de Filiados e taxa de Filiados por Mil Eleitores (FPME) em anos eleitorais, por UF

UF	2006		2010		2014	
	Filiados	FPME	Filiados	FPME	Filiados	FPME
AC	272	0,66	721	1,53	752	1,48
AL	242	0,13	693	0,34	1153	0,58
AM	16	0,01	669	0,33	1122	0,50
AP	79	0,22	1413	3,36	6387	14,01
BA	218	0,02	2649	0,28	6992	0,69
CE	101	0,02	615	0,10	1375	0,22
DF	205	0,12	1059	0,58	2481	1,30
ES	158	0,07	531	0,21	1117	0,42
GO	342	0,09	1744	0,43	2514	0,58
MA	107	0,03	517	0,12	1225	0,27
MG	257	0,02	1738	0,12	4442	0,29
MS	223	0,14	581	0,34	993	0,55
MT	37	0,02	519	0,25	1026	0,47
PA	187	0,04	3931	0,82	10172	1,96
PB	147	0,06	495	0,18	699	0,25
PE	103	0,02	1075	0,17	3238	0,51
PI	72	0,03	470	0,21	727	0,31
PR	97	0,01	837	0,11	1491	0,19
RJ	345	0,03	5437	0,47	13618	1,12
RN	85	0,04	503	0,22	1332	0,57
RO	104	0,11	688	0,64	739	0,65
RR	121	0,52	236	0,87	269	0,90
RS	1167	0,15	5163	0,64	7087	0,85

SC	321	0,08	986	0,22	1117	0,23
SE	29	0,02	278	0,20	573	0,39
SP	477	0,02	7395	0,24	18185	0,57
TO	59	0,07	282	0,30	426	0,43
TOTAL	5571	0,04	41225	0,30	91252	0,64

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Os mapas abaixo demonstram a distribuição de filiados do PSOL no território brasileiro durante os três anos de análise:

Mapa 2.1 Distribuição de Filiados do PSOL (2006)



Fonte: Mapa formulado a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Mapa 2.2 Distribuição de Filiados do PSOL (2010)



Fonte: Mapa formulado a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Mapa 2.3 Distribuição Filiados do PSOL 2014



Fonte: Mapa formulado a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em 2006 o partido tinha pelo menos um filiado em apenas 7,78% dos municípios, no ano de 2010 esse número aumentou para 20,77% e já no ano de 2014 o partido se encontrava em 32% dos municípios brasileiros, levando em consideração a presença de membros partidários.

Observando os três mapas, é possível perceber uma penetração a partir dos grandes centros e capitais para o interior dos Estados e a forma de verificar tal difusão é analisando a proporção de filiados nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores:

Tabela 2.2 Distribuição dos filiados do PSOL nos Municípios com mais de 200.000 eleitores (2006/2010/2014)

Ano	Número de Municípios com mais de 200.000 eleitores	Número de Municípios com mais de 200.000 eleitores em que o PSOL tem filiados	% de filiados nos Municípios com mais de 200.000 eleitores
2006	75	74	55,50%
2010	80	80	47,55%
2014	91	91	50,16%

Fonte: Tabela formulada a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

O partido é tendencioso a ampliar suas bases territoriais mediante a adesão de filiados, movimento que começou com mais intensidade nos maiores municípios e foi irradiando para os menores, conforme os dados acima, em 2014 a distribuição dos filiados se encontrava bem

equilibrada entre os 91 (noventa e um) municípios com mais de 200.000 eleitores e os demais municípios, alcançando uma distribuição de filiados entre 32% do total de municípios do país. Segundo Braga (2012, p. 15):

A penetração territorial consiste no aumento dos municípios nos quais um partido possui filiados ou organização. Esforços no sentido de maior penetração territorial visam aumentar a cobertura geográfica da atuação de um partido e, portanto, estabelecer bases mínimas para sua atuação em um território mais amplo.

Se observarmos a proporção entre o número de Diretório Municipais e Comissões Provisórias e o número de Municípios em cada Unidade da Federação, verificaremos que a taxa de Filiação por Mil Eleitores tem relação com o número de Diretórios.

Tabela 2.3 Diretórios Municipais por UF (2006-2014)¹²

UF	2006			2010			2014		
	Mun	Órgãos	%OM's	Mun	Órgãos	%OM's	Mun	Órgãos	%OM's
AC	22	0	0,00%	22	1	4,55%	22	2	9,09%
AL	102	0	0,00%	102	2	1,96%	102	0	0,00%
AM	62	0	0,00%	62	7	11,29%	62	17	27,42%
AP	16	0	0,00%	16	4	25,00%	16	3	18,75%
BA	417	1	0,24%	417	46	11,03%	417	96	23,02%
CE	184	0	0,00%	184	0	0,00%	184	22	11,96%
ES	78	0	0,00%	78	5	6,41%	78	2	2,56%
GO	246	0	0,00%	246	15	6,10%	246	3	1,22%
MA	217	0	0,00%	217	0	0,00%	217	25	11,52%
MG	853	0	0,00%	853	10	1,17%	853	17	1,99%
MS	78	11	14,10%	78	8	10,26%	79	8	10,13%
MT	141	0	0,00%	141	11	7,80%	141	0	0,00%
PA	143	0	0,00%	143	31	21,68%	144	40	27,78%
PB	223	0	0,00%	223	6	2,69%	223	3	1,35%
PE	185	2	1,08%	185	15	8,11%	185	4	2,16%
PI	223	2	0,90%	224	15	6,70%	224	10	4,46%
PR	399	7	1,75%	399	21	5,26%	399	16	4,01%
RJ	92	0	0,00%	92	9	9,78%	92	18	19,57%
RN	167	0	0,00%	167	1	0,60%	167	8	4,79%
RO	52	0	0,00%	52	11	21,15%	52	5	9,62%
RR	15	0	0,00%	15	2	13,33%	15	2	13,33%
RS	496	2	0,40%	496	9	1,81%	497	18	3,62%
SC	293	13	4,44%	293	18	6,14%	295	12	4,07%

¹² O Distrito Federal foi excluído da análise, em razão das peculiaridades inerentes ao ente federativo.

SE	75	0	0,00%	75	2	2,67%	75	7	9,33%
SP	645	0	0,00%	645	70	10,85%	645	171	26,51%
TO	139	0	0,00%	139	1	0,72%	139	5	3,60%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Os mapas abaixo mostram, a distribuição dos Órgãos Municipais do PSOL no Brasil:

Mapa 2.4 Distribuição dos Diretórios Municipais do PSOL (2006)



Fonte: Mapa formulado a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Mapa 2.5 Distribuição dos Diretórios Municipais do PSOL (2010)



Fonte: Mapa formulado a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Mapa 2.6 Distribuição dos Diretórios Municipais do PSOL (2014)



Fonte: Mapa formulado a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Segundo Oswaldo Amaral (2013, p. 88), é possível aplicar uma correlação de Spearman¹³, a fim de verificar a ligação entre a capilaridade organizativa e a presença de filiados ao partido. O partido evoluiu de uma relação negativa e fraca em 2006 para uma relação positiva e moderada tanto em 2010 quanto em 2014.

Tabela 2.4 Correlação de Spearman entre Órgãos Municipais e Filiados por Mil Eleitores do PSOL (2006-2014)

Filiados por Mil Eleitores (FPME)	Órgãos Municipais (%)		
	2006	2010	2014
	-,206	,607**	,422*

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

*p<0,05

**p<0,01

A correlação demonstra uma associação fraca e negativa no ano de 2006, em razão da idade do partido que havia sido oficializado junto ao Tribunal Superior Eleitoral apenas em 2005, já para os anos de 2010 e 2014 há uma associação moderada, demonstrando a busca pela capilaridade organizativa do partido através dos órgãos municipais e filiados. A correlação é significativa nos anos de 2010 e 2014 e não há significância no ano de 2006.

¹³ Teste estatístico que mede a associação entre duas variáveis. Diz-se que a relação é moderada se $0,40 \leq |r| < 0,69$. (PESTANA & GAGEIRO, 2003, p. 189), no caso $r = 0,595$.

A evolução do número de filiados pode ser explicada dentre outros fatores pela regulamentação dos órgãos Setoriais no Estatuto de 2010 que estreita a relação do partido com os movimentos sociais, facilitando assim a captação de membros partidários que se identificam com as pautas do partido, com destaque para o Setorial Mulher. Foi necessário o uso de entrevista, normas oficiais e notícias do sítio eletrônico oficial do Partido, devido a ausência de dados oficiais do número e da organização de Setoriais no Brasil.

Dentre as resoluções completas aprovadas no II Congresso Nacional do Partido, fora apresentada uma que propunha a alteração no Estatuto, a fim de regulamentar o funcionamento dos Setoriais, na justificativa há de se destacar o seguinte trecho:

Apesar do primeiro congresso ter aprovado a existência de setoriais no partido, essa decisão praticamente não saiu do papel. Se no último período essa deficiência já nos causou diversos problemas, no próximo, a inexistência dos mesmos pode comprometer o imprescindível processo de enraizamento do PSOL. Os setoriais devem se constituir em espaços reais de formulação e prática efetiva.

Evidente que a aprovação de uma resolução, por si só, não resolverá a questão tampouco eliminará as diferenças atualmente existentes entre nossos militantes em sua prática específica cotidiana. Os setoriais não serão uma solução mágica para nossa dispersão, mas o esforço coletivo de sua construção já significará um passo adiante na instrumentalização da atuação de nossos militantes.

Os setoriais devem responder a uma necessidade objetiva da realidade, logo, não poderão substituir os núcleos (que devemos continuar incentivando) e nem centralizar artificialmente nossa intervenção. Devemos ter bastante claro os desafios e os limites que o atual estágio da construção partidária nos impõem (2010).

Ou seja, a justificativa deixa bem claro a necessidade de ter os Setoriais efetivamente funcionando como meio a fomentar a dispersão territorial do partido, já que, em tese, os Núcleos de Base não estariam correspondendo à esta expectativa.

Em acesso ao sítio eletrônico do PSOL (www.psol50.org.br) no dia 05 de junho de 2017 foi aplicado no mecanismo de busca a palavra “Setorial”, a pesquisa retornou 106 resultados, dos quais 48,11% destas faziam menção ao Setorial de Mulheres em qualquer nível (Nacional, Estadual e Municipal), além do destaque para a seguinte notícia: “PSOL ganha novos filiados na região Norte: Na última semana, o PSOL, em todo o país, recebeu adesão de inúmeras personalidades do meio acadêmico, sindical e de movimentos sociais.”, com destaque para a atuação do Setorial Ecosocialista.

Em entrevista realizada via e-mail com membro da Executiva Nacional do Partido, vinculado à Secretaria de Movimento Social, foi possível entender a dinâmica das instâncias partidárias que tem certa liberdade dentro do seu campo de atuação, desde que resguardadas as resoluções congressuais:

As Setorias têm suas dinâmicas, não há um “controle” da Secretaria de Movimentos Sociais, e sim as setoriais devem seguir as resoluções congressuais. (...) As Setorias em sua maioria atuam em conjunto com o movimento social. Eu diria que todas atuam. Negras e Negros, Mulheres... até porque, entendemos que as lutas são melhores quando são construídas com vários setores que também defendam as mesmas pautas.

Observa-se a busca da atuação partidária junto aos movimentos sociais organizados, situação que pode contribuir para aproximação dos integrantes de tais movimentos com a própria militância partidária, através da filiação.

Ademais nas redes sociais¹⁴ do partido é possível verificar Campanhas de Filiação nos anos de 2015 e 2016 apontando sempre as bandeiras de lutas partidárias com a utilização de expressões tais como “Filie-se, contra o racismo, o machismo e a homofobia” e “As cores da liberdade não marcharão ao de quem pinta o futuro com a tinta do ódio e do preconceito”. Ou seja, percebe-se uma tentativa de alinhar as bandeiras de luta do partido com a de movimentos sociais organizados.

Por fim, é importante verificar o elemento organizativo consistente na distribuição do Fundo Partidário. Ribeiro (2013) demonstra preocupação com o fato dessas normas de distribuição dos recursos partidários serem letra morta nos Estatutos, devendo ser verificada a prestação de contas do partido, a fim de aferir um maior ou menor grau de descentralização na aplicação dos recursos. Observando as alterações estatutárias do PSOL, verifica-se a intenção de movimentar-se rumo a um maior grau de descentralização, dando maior liberdade às instâncias estaduais e municipais na escolha de seus candidatos a serem homologadas pelo Diretório Nacional, além de dar-lhes mais liberdade financeira.

Porém, ao analisarmos os demonstrativos de receita e despesa apresentados pelo PSOL ao TSE, durante os anos 2012 até 2015, o repasse do Fundo Partidário para os Diretórios Estaduais estão aquém do que estabelece o Estatuto, o repasse somado do período é de apenas 18,2%, o que demonstra uma centralização em termos financeiros, quando teria que ser ano a ano de 50%, na forma do art. 76, b, do Estatuto.

Tabela 2.5 Repasses do Fundo Partidário do PSOL para as suas Direções Estaduais¹⁵

	2012	2013	2014	2015
Fundo Partidário	R\$ 4.593.059,32	R\$ 4.587.312,84	R\$ 4.784.320,52	R\$ 14.732.260,83
Fundação Lauro Campos	R\$ 760.472,47	R\$ 901.380,90	R\$ 1.058.837,64	R\$ 1.849.437,98
Diferença	R\$ 3.832.586,85	R\$ 3.685.931,94	R\$ 3.725.482,88	R\$ 12.882.822,85

¹⁴ Publicações realizada no Twitter oficial do partido 24 de março de 2015 e em 27 de março de 2016.

¹⁵ Não foi possível acesso aos dados detalhados anteriores ao ano de 2012, porém o Anexo III traz as distribuições aos Estados desde o ano de 2007, havendo algumas divergências com os dados apresentados nesta tabela, todos os dados foram coletados junto ao TSE.

Direções Estaduais	R\$ 829.452,63	R\$ 602.418,30	R\$ 1.003.113,34	R\$ 1.965.422,79
Porcentagem	21,64%	16,34%	26,93%	15,26%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Dos quatro anos verificados dois foram eleitorais e se verifica um repasse maior para órgãos estaduais nesses períodos o que pode indicar estratégia do partido em descentralizar mais os recursos, a fim de obter vitória eleitoral, hipótese que será verificada no capítulo de estratégias eleitorais.

Analisando os dados organizacionais, percebe-se que o partido demonstra preocupação em manter uma organização programática, em que tenta impor sua agenda aos seus candidatos, a partir da tentativa de ampliar sua capilaridade organizativa e a forma como distribui seus recursos.

Apesar das divergências entre as lideranças partidárias, principalmente nas disputas e tensões entre o Bloco de Esquerda e a Unidade Socialista que compõe o bloco moderado, o partido tem conseguido se organizar de modo a manter seu programa e impô-la aos seus candidatos, conforme veremos adiante.

CAPÍTULO 3

DESEMPENHO E ESTRATÉGIAS ELEITORAIS DO PSOL

3.1 O Partido Político e a Racionalidade

Ao dispor acerca da motivação partidária, Anthony Downs (1999) afirma que as decisões tomadas por um partido são resultados de uma luta interna de poder e não a partir de uma tomada racional, porém em seu modelo, que o autor reputa perfeito, redefine o partido, colocando este como uma equipe de homens em que as decisões são tomadas com absoluta concordância sobre todas as suas metas. Ao observarmos as estratégias eleitorais, a realidade é diversa, principalmente no que diz respeito às disputas intrapartidárias e mais especificamente nas candidaturas, dentro do mesmo partido, para cargos que são eleitos a partir do sistema de lista aberta, no caso brasileiro os cargos de Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal.

A literatura em ciência política tem demonstrado que nos países que adotam o sistema eleitoral de lista aberta há um certo individualismo, estando o voto centrado na pessoa do candidato (CAREY; SHUGART, 1995; SAMUELS, 1997; NICOLAU, 2002), afetando, inclusive, a institucionalização do sistema partidário (MAINWARING, 1998), logo há uma maior valorização da reputação do candidato e não do partido, e o sistema eleitoral brasileiro não se difere dessa realidade (PAIVA; TAROUCO, 2011), razão pela qual há uma ideia mais ou menos estabelecida de que os candidatos têm poucas razões para deixar que os partidos determinem suas estratégias de campanha (SAMUELS, 1997).

Contudo, apesar da realidade ser bem distinta ao modelo proposto por Downs, não se pode conceber como absoluto o individualismo demonstrado pela literatura, Samuels (1997) supõe a existência de três estratégias simples que abrangem do individualismo ao coletivismo:

Primeiro, os políticos poderiam estruturar regras internas que permitissem total liberdade ao individualismo. [...] Segundo, os políticos poderiam optar por "regulamentar" o individualismo do candidato. Nesse caso, cada integrante da lista cuidaria de seus interesses financeiros próprios, mas o partido desenvolveria mecanismos para minimizar a competição intrapartidária direta por meio do controle das indicações ou estabelecendo redutos e nichos, e punindo os candidatos que violassem as orientações do partido. Terceiro, os políticos poderiam tentar cultivar uma imagem coletiva. Isto poderia se dar independentemente da opção número dois e implicaria a elaboração de uma plataforma de partido. A organização partidária exigiria que os candidatos fizessem propaganda dessa plataforma e proibiria que se divergisse dela.

Antes, porém, de adentrarmos na análise do PSOL, é importante discorrer sobre como os partidos, em si mesmos, são atores racionais e devem, por vezes, limitar a atuação individual dos seus candidatos. Embora, tudo que os partidos políticos fazem, envolva ação coletiva (ALDRICH, 1995) o que, à primeira vista, pode parecer um problema (ARROW, 1963), é necessário que se tenha em mente que “certas regras são necessárias para conferir previsibilidade às relações sociais” (SCIBERRAS DE CARVALHO, 2008).

O conceito de racionalidade segundo Anthony Downs (1999) vem a partir da teoria econômica, a qual o agente racional toma uma decisão e busca os meios que exijam a menor aplicação de recursos escassos.

Partindo do pressuposto de que as hipóteses da escolha racional são capazes de explicar o funcionamento do mercado, então também são suficientes para explicar o comportamento político, é que Downs formulou tal teoria no campo da política, tendo como ponto de partida o trabalho de economia política formulada por Kenneth Arrow (1963). Fazendo uma analogia, os eleitores são como os consumidores e os partidos como as empresas, cada qual maximizando seus interesses. Segundo Antunes (2008, p. 33), o modelo se assenta em três premissas fundamentais:

Todas as decisões – as dos eleitores e as dos partidos políticos são racionais, i.e., orientadas pelo interesse próprio e executadas de acordo com o princípio da maximização da ação; (2) o sistema político democrático tem implícito um nível de consistência que fundamenta as previsões sobre as consequências das decisões tomadas por eleitores e partidos políticos, i.e., os seus agentes – eleitores partidos e governo – são confiáveis e responsáveis, o que possibilita que se façam previsões sobre as consequências inerentes às diferentes opções; e (3) o sistema democrático pressupõe – apesar da consistência enunciada no ponto anterior – um nível de incerteza suficientemente importante para permitir a diferenciação das opções de escolha.

Apesar de ser recorrente na literatura de ciência política que as campanhas eleitorais, principalmente nos cargos que concorrem através do sistema de lista aberta, sejam centradas na pessoa do candidato, relegando partido para o segundo plano, Aldrich (1995) destacou a importância dos partidos, ao explicitar em seu modelo, os fatores de formação destas instituições, consistentes em sua capacidade para resolver pelo menos três problemas da política democrática-representativa:

- 1) O problema da escolha social: os partidos resolvem o dilema da decisão política, a realização dos objetivos políticos em posições diferenciadas de políticas públicas, valores e crenças.
- 2) O problema da ação coletiva: os partidos resolvem o desafio de conseguir votos e recursos materiais e humanos, a fim de defender seus candidatos políticos para que estes possam ganhar eleições.

3) O problema da ambição política: Os partidos resolvem o desafio de fornecer não apenas uma chance de ganhar as eleições para os políticos, mas para que estes possam permanecer no cargo, a fim de desenvolverem uma carreira longa e produtiva (MÁIZ, 2012, Tradução nossa).

O pressuposto da racionalidade é fundamental para se compreender como os partidos estabelecem estratégias para as eleições, mesmo este sendo um partido programático, ou seja, *Policy-Seeking* como o PSOL. Como veremos adiante, a partir do exame da origem, do estatuto e dos dados de votação, sob uma perspectiva organizacional, vai se observar o comportamento racional do partido, na medida que desenvolve sua organização dentro do território nacional para, estrategicamente, obter ganhos eleitorais.

3.2 Análise das Eleições

O Brasil na disputa para os cargos de Vereador e Deputado Estadual, Distrital e Federal adota o sistema proporcional de lista aberta que consiste na possibilidade o eleitor votar no partido ou em um candidato que compõe a lista de um partido, sendo que as cadeiras obtidas pelos partidos são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista.

É recorrente na literatura de ciência política que o sistema proporcional de lista aberta provoca um individualismo, com fortes disputas intrapartidárias, haja vista que os candidatos disputam entre si as cadeiras obtidas pelo partido ou coligação, sendo considerado eleito o candidato que recebeu mais votos em seu nome.

Segundo Samuels (1997), em situações em que há muitos candidatos por partido e por distrito eles não podem depender apenas do voto na legenda do partido para serem eleitos, justificando, assim, o individualismo como estratégia eleitoral, a fim de que cada candidato possa obter mais votos do que seu colega de partido. Logo, pela lógica da racionalidade, o comportamento racional, na disputa pelas cadeiras do partido, é dirigido principalmente para fins egoístas, ou seja, se apoiam no axioma do interesse pessoal (DOWNS, 1999).

Porém, esse cálculo não leva em consideração as instituições. Embora os membros do partido sejam considerados atores racionais dentro da disputa eleitoral, suas decisões e estratégias, por vezes são limitadas por regras institucionais que dão aos partidos a possibilidade de formularem suas estratégias na arena eleitoral, sendo assim atores racionais, em si mesmo, na disputa com outros partidos.

Os partidos podem dar mais liberdade aos seus candidatos ou limitar a atuação destes com vias a obter mais votos e assim mais cadeiras, o exemplo mais claro dessa estratégia que

pode ser aqui citado são os candidatos “puxadores de voto”. Partidos optam, durante o período eleitoral, por focar apenas no candidato puxador de voto, priorizando para este os recursos da campanha o que pode facilitar que outro candidato do partido “pegue carona” (*free rider*).

Contudo, as estratégias podem variar de acordo com o distrito e o cargo de disputa, além das disposições estatutárias dos partidos, ou seja, dependendo da situação o partido pode desenvolver mecanismos para desenvolver a reputação partidária em um dado distrito e em outro centrar a campanha em um determinado candidato.

O caso do PSOL nos parece interessante, em razão dele ser um partido que, embora relativamente novo, foi formado por políticos de carreira que, inclusive, já exerciam mandato por algum distrito – e como veremos adiante nesses distritos a campanha foi centrada no candidato – além de guardar características de um partido de orientação programática (*policy-seeking party*): responsabilização política da liderança, democracia intrapartidária, estruturas de recrutamento impermeáveis e um formato organizacional fortemente baseado na militância (Samuels, 1997)¹⁶.

Ademais, dentro do espectro ideológico, o PSOL é um partido de esquerda e segundo Maiwaring (1992) a votação de legenda tem alta correlação com a ideologia de esquerda, situação que demonstra campanhas centradas no partido e não no candidato, ou seja, o partido limita a atuação racional do candidato, no que concerne às disputas intrapartidárias ao tempo que age racionalmente na arena eleitoral em relação aos outros partidos.

Porém, parece superada a ideia de utilização de votos de legenda como variável explicativa das estratégias eleitorais, se faz importante no presente caso observar as transformações organizacionais já delineadas no capítulo anterior como estratégia para obtenção de sucesso eleitoral. Há uma relação entre capilaridade organizativa e voto? É possível estabelecer uma relação entre a forma que o partido se organizou entre uma eleição e outra e a taxa de votação obtida para o cargo de Deputado Federal?

Primeiramente, se faz necessário olhar para os constrangimentos institucionais dispostos nas orientações partidárias para as eleições em análise, em verificar os resultados eleitorais observando as variações entre uma eleição e outra, a partir de uma perspectiva organizacional, a fim de confirmar a hipótese do presente estudo.

¹⁶ Samuels (1997), no caso, está se referindo ao PT nos anos 1990.

3.2.1 Bases Programáticas para as Eleições

A primeira eleição disputada pelo PSOL foi a de 2006, tendo sido realizada sua I Convenção Nacional em 25 de junho daquele ano, ocasião em que fora lançada a candidatura da então Senadora Heloísa Helena à Presidência da República, oportunidade em que se lançou a chamada “Frente de Esquerda” que englobava o PSOL, PSTU e PCB.

A candidatura “Frente Esquerda” fora lançada com uma bandeira “Contra os banqueiros, o imperialismo e os políticos corruptos”, atacando principalmente os candidatos à presidência Lula (PT) e Alckmin (PSDB).

Conforme já visto, a deliberação e definição de política de alianças até o ano de 2010 era de competência do Congresso Nacional passando, após as alterações estatutárias, a ser competência do Diretório Nacional. É possível observar uma centralização no tocante a tal competência, haja vista que o Congresso Nacional é formado por delegados, em condições estatutárias, eleitos em plenárias de Núcleos de Base ou reuniões de Núcleos de Base, por município ou zonal e o Diretório Nacional através de eleições no Congresso, a partir de chapas apresentadas na ocasião, respeitando-se a proporcionalidade dos votos obtidas por cada uma.

Ou seja, há uma descentralização das deliberações tomadas pelo Congresso Nacional ao passo que o Diretório Nacional centraliza suas competências, uma vez que naquele órgão os filiados são contemplados a partir dos núcleos de base e neste há a possibilidade de membros partidários exercerem influência política, a fim de o integrarem.

Naquela oportunidade o PSOL, para a disputada ao cargo de Deputado Federal se coligou apenas com o PSTU em 10 (dez) Estados e no Distrito Federal e uma coligação que envolvia os partidos da chamada Frente Esquerda (PSOL, PSTU e PCB) se deu em 06 (seis) Estados. O partido disputou isoladamente em outros 10 (dez) Estados, embora na metade delas tenha utilizado a expressão “Frente Esquerda”, conforme defendido pela Convenção Nacional.

Foram lançados 189 (cento e oitenta e nove) candidatos a Deputado Federal. O partido obteve em todo o país o total de 1.146.771 (um milhão, cento e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e um votos), o equivalente a 1,22% dos votos totais para Deputado Federal (nominais e de legenda).

Os candidatos Chico Alencar (RJ), Luciana Genro (RS) e Ivan Valente (SP) conseguiram se eleger a Deputado Federal, na realidade se trata de uma reeleição, vez que já detinham mandato de Deputado Federal eleitos no pleito anterior pelo Partido dos Trabalhadores. Não obtiveram o mesmo sucesso os candidatos João Alfredo (CE), Maninha (DF) e Babá que era Deputado Federal pelo Estado do Pará, porém candidatou-se em 2006 pelo

Estado do Rio de Janeiro. E no Pará a candidata Araceli Lemos obteve votação expressiva, porém sem conseguir se eleger, antes das eleições ela ocupava o cargo de Deputada Estadual no Estado.

Em 2006 os Estados do Ceará, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Distrito Federal obtiveram uma proporcionalidade maior de votos do que a média nacional:

Tabela 3.1 Votação do PSOL para Deputado Federal nos Estados em que obteve melhor desempenho (2006)

UF	Totais	PSOL	%Total
DF	1.313.633	53.430	4,07%
RS	5.950.463	226.146	3,80%
RJ	8.057.505	217.851	2,70%
CE	4.119.095	89.987	2,18%
SP	20.784.020	295.734	1,42%
PA	3.112.497	42.105	1,35%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Impende destacar que o partido estava em seu estágio inicial de organização, de tal forma que dentre os Estados citados, exclui-se aqui o Distrito Federal em razão de suas peculiaridades, apenas o Rio Grande do Sul tinha dois órgãos municipais e os demais nenhum (nem DM e nem Comissão Provisória). O fator explicativo para a votação acima da média nacional é por conta do capital político dos candidatos, com destaque no estado do Pará para a votação da candidata Araceli Lemos que anteriormente era Deputada Estadual pelo PT.

Observando friamente a primeira experiência eleitoral do PSOL, a partir de uma perspectiva duvergeriana, poderíamos enquadrá-lo como um partido de quadros, vez que sua gênese é composta basicamente por políticos de carreira, o que refletiu nos resultados eleitorais no ano de 2006, porém ainda não havia uma estabilidade organizativa, o partido ainda não era institucionalizado, nos termos de Panebianco (2005, p.): “na evolução organizativa dos partidos se manifestam tendências mais ou menos constantes da passagem de um momento inicial, no qual predominam certas exigências, para um momento posterior, no qual predominam exigências diferentes”.

A bandeira partidária naquelas eleições estava alinhada justamente aos ataques ao governo Lula, no que diz respeito à política econômica adotada que culminou com a expulsão de deputados do PT que em seguida fundaram o PSOL, bem como aos casos de escândalo de corrupção que em seguida deu origem à uma nova dissidência que se deslocou do PT para o PSOL.

Porém, conforme questionou Duverger (1970): “todas as instituições não desempenham o mesmo papel que é o de conquistar o poder e exercê-lo?”. O PSOL se utilizou do capital político de alguns de seus candidatos como estratégia neste momento inicial, a fim de obter votos (*Vote-Seeking*), embora sem abandonar suas bases programáticas (*Policy-Seeking*), conforme se observa das alianças realizadas.

Nas eleições de 2006, a variável organizacional parece influenciar muito pouco as estratégias eleitorais, justamente por ser o PSOL um novo partido e estava iniciando seu processo de capilaridade organizativa, conforme visto na tabela 2.3, já apresentada, a correlação entre filiados por mil eleitores e a percentagem de órgãos municipais mostrou uma relação fraca e negativa, porém não podemos ignorar a influência das lideranças nas coligações no sentido de o partido construir sua identidade partidária.

Entre as eleições de 2006 e 2010 o partido aumentou em quase oito vezes o número de filiados, saindo de 5571 para 41225, além do que tinha pelo menos um órgão municipal em 24 dos 26 Estados, demonstrando a preocupação partidária em expandir suas bases e se difundir no território. A correlação entre o número de filiados por mil eleitores e a percentagem de órgãos municipais já mostra uma relação positiva e moderada.

A Convenção Nacional do ano de 2010, lançou Plínio Arruda Sampaio como candidato à Presidência da República, porém antes da convenção o Deputado Federal Chico Alencar lançou um Decálogo de propostas para 2010

Na geleia geral insossa em que se transformou a política institucional brasileira, dominada pelo fisioclientelismo e pela promiscuidade entre privado e público, a presença do PSOL na disputa eleitoral é de anúncio e denúncia. Anúncio de uma outra sociedade, possível e necessária, com relações econômicas, culturais e políticas igualitárias e participativas, caminho da resignificação do socialismo. Denúncia de todas as mazelas e dos ‘sensos comuns’ rebaixados atuais, e do caráter predatório, espoliativo e individualista do capitalismo. Na campanha eleitoral, enfrentando o boicote da mídia grande, seremos sinal alternativo – realista e utópico, com pé no chão e altos sonhos humanistas.

Teremos poucos segundos de TV e rádio, veículos massificadores, e poucos recursos, contrastando com os aparatos milionários das candidaturas assemelhadas de governistas e da oposição conservadora, financiadas pelas grandes corporações. Ao bancar estas campanhas, elas aprofundam a colonização da política pela economia.

Neste cenário de grande adversidade, o PSOL, representado pelas nossas candidaturas majoritárias e pelas nominatas solidárias dos proporcionais, será portador de esperança na política no tempo da despolitização generalizada. Um pregador coletivo da mudança que não perde o senso de realidade.

No empenho para elegermos bancadas maiores e garantir nossa importantíssima presença na institucionalidade, vamos dizer o que os outros, com suas alianças incoerentes e desavergonhadas, não dizem: verdades inconvenientes (para os de cima) e compreensíveis (para os de baixo).¹⁷

¹⁷ Decálogo disponível em < <http://www.psol50.org.br/blog/2010/06/21/decalogo-de-propostas-para-2010-2/>>

Em 2010, o PSOL lançou 259 (duzentos e cinquenta e nove) candidatos a Deputado Federal, deixando de lançar candidatos nos Estados do Acre e do Tocantins. O partido obteve em todo o país o total de 1.144.216 (um milhão, cento e quarenta e quatro mil, duzentos e dezesseis votos), o equivalente a 1,16% dos votos totais para Deputado Federal (nominais e de legenda).

Conseguiram se reeleger naquele pleito os candidatos Chico Alencar (RJ) e Ivan Valente (SP), além da eleição de Jean Wyllys (RJ), eleito por média, a partir da votação recebida por Chico Alencar. A Deputada Luciana Genro (RS) então candidata à reeleição não conseguiu se reeleger e no Ceará o candidato Renato Roseno, afilhado político de João Alfredo, não conseguiu se eleger devido às regras de coeficiente eleitoral, apesar de ter sido o nono mais bem votado no Estado.

A diminuição na votação do PSOL no ano de 2010, em relação ao ano de 2006 se dá pela saída da disputa ao cargo de Deputado Federal de candidatos que obtiveram votação expressiva no pleito anterior, é o caso de Araceli Lemos (PA), Baba (RJ) e Maninha (DF).

O partido neste pleito se coligou apenas em Goiás com o PSTU, tendo participado nos demais Estados e no Distrito Federal de maneira isolada para a disputa aos cargos de Deputado Federal.

Em 2010 os Estados do Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo obtiveram uma proporcionalidade maior de votos do que a média nacional:

Tabela 3.2 Votação do PSOL para Deputado Federal nos Estados em que obteve melhor desempenho (2010)

UF	Totais	PSOL	%Total
RJ	800.9950	320.244	4,00%
CE	4.245.463	125.610	2,96%
RS	6.165.335	179.578	2,91%
SP	2.2043.634	319.147	1,45%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

A fim de fazer uma comparação entre os Estados que obtiveram votação acima da média nacional obtida pelo partido, aplicaremos uma correlação de Spearman, relacionando FPME e Órgãos Municipais, separando tais unidades das dos demais Estados:

Tabela 3.3 Correlação de Spearman – Comparação (2010)

	Correlação Spearman
Estados acima da média (CE, RJ, RS e SP)	,200
Demais Estados	,619**

Fonte: Teste realizado, a partir de dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral

**p<0,01

Observa-se que a capilaridade organizativa não influenciou nos resultados eleitorais, a partir de análise separada dos casos em que o partido obteve votação expressiva em comparação com os demais casos, a correlação não é significativa nos Estados com votação acima da média. Segundo Braga (2012, p. 30): “A influência dos resultados eleitorais da maior abrangência de filiados e diretórios permanece nebulosa. [...] é possível pensar em uma relação linear entre quantidade de filiados e votos [...]”, a autora pensa em um modelo matemático como meio a integrar as arenas organizacional e eleitoral.

Contudo, iremos utilizar no nosso modelo de regressão três variáveis independentes numéricas: Filiados por Mil Eleitores, Percentagem de órgãos Municipais e Percentagem Distribuição do Fundo Partidário, que denominaremos variáveis organizacionais e a dependente será a percentagem de voto que o PSOL obteve no Estado em relação ao total de votos para Deputado Federal, para tanto lançaremos mão de uma regressão múltipla:

Tabela 3.4 Modelo Sumário da Regressão Múltipla (Ano de 2010) PSOL

Modelo	R	R ao quadrado	R ao quadrado ajustado	Estimação de Desvio Padrão
	,617	,381	,296	0,85830%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No modelo sumário observamos o R ao Quadrado ajustado para verificar o quanto as variáveis independentes (Filiados por Mil Eleitores, Percentagem de órgãos Municipais e Percentagem Distribuição do Fundo Partidário) explicam a variável dependente (voto) nas eleições de 2010, que no caso o valor é de ,296. Ou seja, as variáveis organizacionais numéricas explicam apenas 29,6% da variação dos votos do PSOL nos Estados. Se faz importante verificarmos qual das variáveis independentes explica melhor a variável dependente:

Tabela 3.5 Coeficientes da Regressão Múltipla (Ano de 2010)

Modelo	Coeficientes Não	Coeficientes	Sig.
	Padronizados	Padronizados	
	B	Beta	
(Constant)	,523		,058
Percentual de órgãos	-,029	-,195	,381
FPME	,332	,189	,395
Percentual de Distribuição de Recursos	,078	,605	,002*

Fonte: Teste realizado, a partir de dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral

*p<0,05

Quanto maior o valor de Beta maior a influência da variável independente sobre a dependente, no caso o Percentual de Distribuição de Recursos do Partido aos Estados é a que mais explica os votos obtidos pelo partido em determinada unidade da federação. Já a significância deve ser menor que ,005 confirmando, então que dentre nossas variáveis organizacionais o percentual de distribuição de recursos é o que melhor explica a obtenção de votos em um determinado Estado.

Lógico que não podemos ignorar a força das lideranças partidárias e dos candidatos que detêm capital político e conseguem obter votações expressivas, que são justamente aqueles já acima citados. O modelo matemático nos auxilia a entender a dinâmica da realidade, de tal forma que, ao que parece, o Partido distribui suas subvenções preferencialmente aos Estados que detêm candidatos com possibilidade de maior obtenção de votos.

Entre as eleições de 2010 e 2014 o partido aumentou o número de filiados de 41.225 para 91.252, além do que tinha pelo menos um órgão municipal em 24 dos 26 Estados, demonstrando a preocupação partidária em expandir suas bases e se difundir no território. A correlação entre o número de filiados por mil eleitores e a percentagem de órgãos municipais continuou a demonstrar uma relação positiva e moderada.

As eleições de 2014 foram marcadas por uma série de tensões internas iniciadas por ocasião da realização do IV Congresso Nacional do partido realizado 1º de dezembro de 2013. Naquela oportunidade, o senador Randolfe Rodrigues fora eleito como candidato à Presidência da República. A Insurgência contestou a escolha e lançou Renato Roseno (CE) como o pré-candidato ao cargo, a tendência à época lançou uma nota:

O IV Congresso do PSOL, realizado em Luziânia, representou um grave retrocesso para o partido, no sentido da sua afirmação como um projeto plural, independente, socialista, à altura da nova conjuntura do país e dos desafios da reorganização do

movimento de massas. A indicação da pré-candidatura do senador Randolfe Rodrigues à presidência da República e a legitimação de delegados eleitos em plenárias com fraudes e intimidações foram expressões máximas deste retrocesso político e moral imposto ao PSOL neste Congresso.

Cabe um profundo questionamento às decisões tomadas, não apenas pelo comprometimento da democracia, mas também por seu conteúdo político. O sentimento de que a pré-candidatura de Randolfe não representa a maioria da militância é legítimo, tanto por parte dos delegados necessários para viabilizá-la ter sido eleita com expedientes escusos, quanto por não representar as novas gerações e suas aspirações, que se expressaram nas ruas de junho. Ela não está à altura de representar o significado e razão de ser do PSOL em toda a sua história: a de um partido anticapitalista e socialista amplo, de oposição de esquerda. Randolfe não nos representa!

Porém, em 13 de junho de 2014, o senador Randolfe Rodrigues lançou uma nota desistindo de sua pré-candidatura à Presidência da República, alegando que o fazia para “retomar em plenitude minhas tarefas como Senador e a importante função de representante do Amapá, empenhando-me em melhorar cada vez mais as condições de vida do meu povo e a qualidade da política em meu estado”.

Na oportunidade, o senador defendeu o nome do Deputado Estadual Marcelo Freixo (RJ) para a candidatura: “Acredito que a principal figura de nosso partido neste momento, o Deputado Estadual Marcelo Freixo, deveria assumir a responsabilidade de liderar um processo de renovação da política brasileira em 2014” e que se fosse a vontade do Partido, este lançaria Luciana Genro (RS) que também estaria à altura do ponto de vista intelectual, político e moral.

A Convenção Nacional ocorrida 22 de junho de 2014 homologou a candidatura de Luciana Genro (RS) à Presidência da República, tendo os delegados aprovado de maneira unânime, além da candidata ter anunciado que a plataforma da campanha seria a tentativa de dar resposta às demandas das manifestações ocorridas no Brasil em junho do ano anterior, além de ter negado qualquer racha no partido, em razão da desistência e ausência do senador Randolfe Rodrigues (AP) na Convenção, em 27 de setembro de 2015 o senador se desfilou do PSOL.

Se em 2006 o PSOL se coligou com PSTU e PCB e em 2010 optou por uma campanha menos aliancista, em 2014 o PSOL fez várias coligações para a disputa ao cargo de Deputado Federal. Participou isoladamente no Acre, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins.

Se coligou com o PSTU nas Alagoas, Minas Gerais, Pará, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo. No Amapá a coligação era composta, além do PSOL, pelo PCdoB

e PT. Já no Ceará, Piauí e Sergipe o PSOL se coligou com PCB e PSTU e, por fim, no Pernambuco se juntou ao PMN.

Insta destacar que as coligações já demonstram sinais claros de moderação, isto se dá em razão das lideranças que estavam à frente do partido naquele momento, conforme visto a Unidade Socialista que compõe o setor moderado do Partido venceu as eleições internas no ano de 2013. A Insurgência “critica o processo de moderação do PSOL, a institucionalização e as alianças promovidas nas últimas eleições” (ELIEL, 2014).

Na oportunidade o PSOL lançou 386 candidatos a Deputado Federal. O partido obteve em todo o país o total de 1.745.470 (um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e setenta votos), o equivalente a 1,79% dos votos totais para Deputado Federal (nominais e de legenda).

Conseguiram se reeleger naquele pleito os candidatos Cabo Daciolo (RJ), Chico Alencar (RJ), Edmilson Rodrigues (PA), Ivan Valente (SP) e Jean Wyllys (RJ). Destaque para as votações dos candidatos Procurador Mauro (MT) e Gobira (PB), mas que não conseguiram se eleger.

Em 2014 os Estados do Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo obtiveram uma proporcionalidade maior de votos do que a média nacional, além do estado do Amapá, em razão do número de candidatos:

Tabela 3.6 Votação do PSOL para Deputado Federal nos Estados em que obteve melhor desempenho (2014)

UF	Totais	PSOL	% Total
RJ	7673438	531415	6,93%
MT	1454612	88500	6,08%
PA	3756049	222900	5,93%
PB	1936819	60910	3,14%
AP	386084	7909	2,05%
SP	21266194	429816	2,02%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Repetiremos o teste de correlação de Spearman, relacionando FPME e Órgãos Municipais, separando as unidades de análise, entre os Estados que obtiveram votação proporcional acima da média do partido e os demais, a fim de fazer a comparação da capilaridade organizativa nas eleições de 2014:

Tabela 3.7 Correlação de Spearman – Comparação (2014)

	Correlação Spearman
Estados acima da média (AP, MT, PA, PB, RJ e SP)	,543
Demais Estados	,141

Fonte: Teste realizado, a partir de dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral

Ao contrário do ano de 2010, nas eleições de 2014 os Estados que obtiveram melhor votação têm maior capilaridade organizativa, a partir da aplicação da correlação entre filiados e órgãos a relação para estas unidades é moderada, o partido buscou se organizar dentro de Estados em que os candidatos detém maior capital político e isso reflete nos resultados eleitorais, porém em nenhum dos casos a correlação é significativa. Aplicando a regressão múltipla tal qual fizemos nas eleições de 2010, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 3.8 Modelo Sumário da Regressão Múltipla (Ano de 2014) PSOL

Modelo	R	R ao quadrado	R ao quadrado ajustado	Estimacão de Desvio Padrão
	,456	,208	,100	1,82592%

Fonte: Teste realizado, a partir de dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral

As variáveis organizacionais numéricas explicam apenas 10% dos votos recebidos pelo partido, segundo nosso modelo de regressão. Se faz importante verificarmos qual das variáveis independentes explica melhor a variável dependente:

Tabela 3.9 Coeficientes da Regressão Múltipla (Ano de 2014)

Modelo	Coeficientes Não Padronizados		Sig.
	B	Beta	
(Constant)	,828		,137
Percentual de órgãos	-,015	-,071	,790
FPME	,073	,096	,635
Percentual de Distribuição de Recursos	,182	,481	,072

Fonte: Teste realizado, a partir de dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral

Conforme já vimos, quanto maior o valor de Beta maior a influência da variável independente sobre a dependente, no caso o Percentual de Distribuição de Recursos do Partido aos Estados é a que mais explica os votos obtidos pelo partido em determinada unidade da federação nas eleições de 2014, porém nenhuma das variáveis tem significância menor que

,005, mostrando a pouca influência das variáveis organizacionais numéricas sobre os votos obtidos pelo partido.

Os candidatos eleitos tinham capital político, com exceção do Cabo Daciolo (RJ) que foi eleito por mérito, a partir das votações de Chico Alencar (RJ) e Jean Wyllys (RJ) e por ter ganhado certa notoriedade ao liderar movimento grevista no Corpo de Bombeiros do Estado.

É possível observar modificações no partido no ano de 2014, em relação às eleições anteriores, no que diz respeito à sua estrutura interna. No ano de 2010 houve a modificação no Estatuto, tendendo a aproximar o partido dos movimentos sociais organizados, aumentando, assim, seu número de filiados, bem como nas regras de distribuição de recursos.

Em 2011, a presidência do partido passou para o campo moderado, refletindo nas alianças firmadas para a disputa das eleições de 2014 e levantou a bandeira dos movimentos iniciados em junho de 2013, a campanha buscou se alinhar “às vozes das ruas”.

Para as três eleições é possível verificar pouquíssimas alterações nas alianças formuladas pelo partido, em 2006 se coligou apenas com PCB e PSTU, na chamada Frente Esquerda, em 2010 se aliou apenas ao PSTU em Goiás, optando por se lançar sozinho nas disputadas e em 2014 se aliou com PCdoB e PT no Amapá e com o PMN no estado do Pernambuco, a tabela abaixo mostra como as coligações foram formuladas:

Tabela 3.10 Coligações do PSOL (2006/2010/2014)

UF	2006	2010	2014
AC	PSOL	---	PSOL
AL	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL/PSTU
AM	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL
AP	PSOL/PSTU/PCB	PSOL	PSOL/PCdoB/PT
BA	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL
CE	PSOL/PSTU/PCB	PSOL	PSOL/PSTU/PCB
DF	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL
ES	PSOL	PSOL	PSOL
GO	PSOL/PSTU	PSOL/PSTU	PSOL
MA	PSOL	PSOL	PSOL
MG	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL/PSTU
MS	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL
MT	PSOL	PSOL	PSOL
PA	PSOL	PSOL	PSOL/PSTU
PB	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL
PE	PSOL	PSOL	PSOL/PMN

PI	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL/PCB
PR	PSOL/PSTU/PCB	PSOL	PSOL
RJ	PSOL/PSTU/PCB	PSOL	PSOL
RN	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL
RO	PSOL	PSOL	PSOL/PSTU
RR	PSOL	PSOL	PSOL/PSTU
RS	PSOL	PSOL	PSOL/PSTU
SC	PSOL/PSTU/PCB	PSOL	PSOL
SE	PSOL/PSTU	PSOL	PSOL/PSTU/PCB
SP	PSOL/PSTU/PCB	PSOL	PSOL/PSTU
TO	PSOL	---	PSOL

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Conforme já citado, Levitsky *et al* (2016) um dos fatores de sucesso de novos partidos é cultivar fortes identidades, através de consistência intrapartidária e diferenciação interpartidária, ou seja, dentro do sistema partidário, o partido deve buscar se diferenciar dos demais, a partir de uma identidade própria, e tal identidade recebe os reflexos das alianças eleitorais. Segundo Carreirão (2006, p. 140):

[...] o posicionamento ideológico do partido – seja pelo seu programa, pelas declarações de seus líderes, seja pelo comportamento dos seus detentores de mandatos públicos – repercute na opinião pública e forma uma imagem junto ao eleitorado que pode atuar como uma limitação ao padrão ideológico de coligação “permitido” ao partido. Realizar coligações fora de um padrão minimamente esperado do partido pode ter custos político-eleitorais futuros. Além disso, pode haver graus diferenciados de “nitidez ideológica” das imagens partidárias formadas pelos eleitores, o que faria com que os custos de uma eventual coligação com um partido de outro campo ideológico sejam variáveis para diferentes partidos.

Apesar das críticas sofridas pela ala mais radical do partido, não existem alterações significativas nos padrões das alianças, com apenas duas exceções durante os três pleitos eleitorais, quais seja, as coligações com PCdoB e PT no Amapá e com o PMN em Pernambuco, preferindo, o partido, na maioria das vezes, se lançar sozinho na disputa.

Se as estratégias eleitorais não podem ser satisfatoriamente explicadas pelas variáveis numéricas (filiados, órgãos municipais e distribuição de recursos), é importante perceber o papel das lideranças nesse aspecto, que não deixa de ser umas das variáveis organizacionais utilizadas no presente estudo e que explica as estratégias de aliança partidária,

consequentemente, do papel assumido pelo partido durante o pleito eleitoral, mantendo sua postura programática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentamos analisar o impacto do desenvolvimento organizacional nos resultados e estratégias eleitorais do PSOL, utilizando como unidades de análise os Estados e as eleições para Deputado Federal nos anos de 2006, 2010 e 2014. Além deste objetivo geral, nos propomos a responder: em que circunstância surgiu o PSOL e como este se desenvolveu e se organizou desde sua fundação? Quais estratégias eleitorais o PSOL tem adotado e como essas foram afetadas pelo seu desenvolvimento organizacional? No limite, as perguntas circundam uma questão central dentro da literatura de partidos: organização importa?

Para responder as perguntas acima listadas, este trabalho buscou apresentar os principais argumentos teóricos da literatura sobre partidos políticos, bem como suas implicações observáveis, por meio de dados organizativos, dados de coligações e de resultados eleitorais do PSOL desde a sua fundação. Os questionamentos e a pesquisa proposta é fundamental para verificar como a organização orienta a atuação do partido na arena eleitoral em meio aos desafios ambientais para a disputa eleitoral.

No primeiro capítulo, fizemos um mapeamento da literatura clássica sobre partidos políticos e em que estágio se encontra a agenda de pesquisa acerca do tema, neste ponto queremos dar especial destaque para a tipologia formulada por Wolinetz (2004), na medida que tal tipologia demonstra a flexibilização das agremiações, a partir de seus interesses, o PSOL transita entre *policy-seeking* e *vote-seeking*, sendo que a primeira predomina sobre a segunda (explicaremos adiante as razões), embora não tenha sido o objetivo do trabalho, é importante destacar que o PSOL não tem demonstrado características *office-seeking*, dado o fato de não compor governos de coalizão.

No segundo capítulo, demonstramos a forma como o partido se organiza, a partir da análise do Estatuto e as modificações já ocorridas neste, com especial destaque para a regulamentação dos órgãos Setoriais e a modificação na distribuição dos recursos. O partido se preocupou em regulamentar os Setoriais, como meio a se difundir territorialmente, já que seu território de caça são os movimentos sociais.

Entendemos que a regulamentação dos órgãos Setoriais, a fim de que estes tivessem efetivo funcionamento, contribuiu para ampliação do número de filiados e a disseminação do partido, já que em 2010 o partido se encontrava em 20,77% dos municípios e 2014 em 32%. Os dados demonstram, ainda, que o partido partiu sua organização dos grandes centros

(municípios com mais de 200 mil eleitores) para os demais municípios, ficando raízes ali, onde nestes 91 (noventa e um) municípios se encontram metade dos filiados.

Os testes de correlação de Spearman realizados para medir a associação entre filiados por mil eleitores e a proporção de órgãos municipais mostraram a evolução da capilaridade organizativa do partido, embora tenha se percebido uma sensível diminuição desta relação entre os anos de 2010 e 2014. Cumpre destacar que nesse período houve mudança da liderança partidária, além do que o partido demonstrou clara preocupação em estruturar e investir no funcionamento dos Setoriais até mesmo em detrimento dos Núcleos de Base.

A distribuição de recursos, de acordo com dados colhidos no TSE, não tem obedecido as disposições estatutárias, verificando neste ponto uma centralização dos recursos junto ao Diretório Nacional do partido.

Traçamos assim o perfil organizacional do PSOL.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos analisar os resultados e estratégias eleitorais, a partir de uma visão racional de que o partido se organiza de modo a obter ganhos nas eleições. Concluimos que nas eleições de 2006 a organização partidária ainda era muito recente, portanto explicaria muito pouco os resultados e estratégias daquele ano.

Para as eleições de 2010 e 2014, realizamos um teste de regressão múltipla, sendo a variável dependente o voto e as independentes, que convencionamos chamar de organizacionais, a taxa de filiados por mil eleitores, a proporção de órgãos municipais e a distribuição de recursos pelo partido aos Estados.

Nas eleições de 2010, as variáveis organizacionais explicam 29,6% da variação do voto, sendo que a de maior influência foi a distribuição de recursos. Já nas eleições de 2014, a variação do voto é explicada por apenas 10% das variações organizacionais.

Contudo, separando as unidades de análise entre os Estados que obtiveram uma proporção de votos maior do que média do partido considerando todos os Estados e aplicando uma correlação de Spearman para medir a associação entre filiados por mil eleitores e a proporção de órgãos municipais, se verifica uma variação entre os anos de 2010 e 2014, haja vista que nas últimas eleições os Estados com maior votação estavam mais organizados do que na eleição anterior.

Os modelos matemáticos aliados às análises qualitativas, consistentes em notícias no sítio eletrônico oficial do partido e normas oficiais, confirmam nossa hipótese apenas em parte, pois o partido demonstra uma orientação programática de característica *policy-seeking* e durante as eleições o destaque fica por conta dos candidatos que detêm capital político, com maior potencial eleitoral.

O partido submete sua agenda aos seus candidatos e estes devem segui-la, apesar da necessidade de sobrevivência e a busca por votos, o partido se comporta programaticamente e tenta obter ganhos a partir disto, como, por exemplo, a sempre busca por alinhar seus projetos aos movimentos sociais e de massas.

Seu programa sempre é privilegiado, até mesmo em detrimento de seus candidatos eleitos, a expulsão do Deputado Federal Cabo Daciolo do partido exemplifica muito bem isso, tendo, inclusive, o partido aberto mão de reivindicar seu mandato.

Portanto, o partido tem agido de modo a tentar, com sua ideologia e programa, criar uma identidade partidária, nos termos propostos por Levitsky *et al* (2016) e os resultados eleitorais passam a ser consequência disso, de tal modo que, por vezes, as variáveis aqui propostas parecem ir no sentido contrário, ou seja, o partido busca se organizar onde obtém votos. Há ainda um longo caminho a ser percorrido para que o PSOL seja o partido de massas que deseja ser, e a partir daí o partido possa obter ganhos eleitorais, sem depender tanto do capital político de seus candidatos.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, J. **Por qué los partidos políticos? Uma segunda mirada.** Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2012.

_____. **Why Parties? The origin and transformation of Political Parties in America.** Chicago: University of Chicago, 1995.

AMARAL, O. **A transformação na organização interna do Partido dos Trabalhadores: entre 1995 e 2009.** São Paulo: Alameda, 2013.

_____. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 11-32, 2013.

ANTUNES, R. **Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral: Factores Estruturais, Atitudes e Mudanças no sentido de Voto.** Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2008.

ARROWS, K. **Social choice and individual values.** New Haven: Yale University Press, 1963.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Unesp, 1994.

BRAGA, M. dos S. S.; SILVEIRA, R. R. e Borges, T. Organização, território e sistema partidário: Difusão territorial da organização partidária e seus impactos sobre o sistema partidário no Brasil brasileiro. In: VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 8., 2012, Gramado. **Anais Eletrônicos.** Gramado: ABCP. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/02/difusao-territorial-organizacao-partidaria-e-seus-impactos.pdf>>. Acesso em: 13 mar.2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de Dados Eleitorais. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em 06 jan.2016.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Partido Socialismo e Liberdade. <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-socialismo-e-liberdade>> Acesso em 12 jan.2016.

CAREY, J. M. e SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, vol. 14, nº 4, p. 417-439, 1995.

CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

COX, Gary W. e MCCUBBINS, Matthew D. **Legislative Leviathan: Party Government in the House.** Berkeley: University of California Press, 1993.

DE CARVALHO, B. S. **A Escolha Racional como teoria Social e Política: Uma Interpretação Crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da Democracia**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ELIEL, L. Cartografia da Esquerda Brasileira. **Revista Esquerda Petista**, São Paulo, Ed. 1, p. 63-69, 2014.

HOBSBAWM, E. **O Novo Século: Entrevista a Antonio Polito**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

KATZ, R.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, London/New Delhi, vol. 1, n.1, p. 5-28, 1995.

KIRSCHHEIMER, O. A Transformação dos Sistemas Partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, 2012.

LEVITSKY, S.; LOXTON, J. e VAN DYCK, B. Introduction: Challenges of Party-Building in Latin America [pp. 1-50]; In: LEVITSKY, S.; LOXTON, J.; VAN DYCK, B. e DOMINGUEZ, J. (Eds.), **Challenges of Party-Building in Latin America**. New York: Cambridge University, 2016.

LIPSET, M. S.; ROKKAN, S. “Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments” [pp. 91- 138]; In: MAIR, P. (Ed.), **The West European Party System**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

LUKES, S. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, T.; BELLAMY, R. (Eds.). **The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LUPU, N. Building Party Brands in Argentina and Brazil [pp. 76-99]; In: LEVITSKY, S.; LOXTON, J.; VAN DYCK, B. e DOMINGUEZ, J. (Eds.), **Challenges of Party-Building in Latin America**. New York: Cambridge University, 2016.

MAINWARING, S. **Rethinking Party Systems Theory in the Third Wave of Democratization: The Importance of Party System Institutionalization**. Notre Dame: Kellogg Institute, 1998.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.

MICHELS, R. **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna**. Lisboa: Antígona, 2001.

NICOLAU, J. Como controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 2, p. 219-236, 2002.

_____. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

OLIVEIRA, I. A teoria da escolha racional e o comportamento eleitoral neopetencostal. **Pensamento Plural**, Pelotas, p. 101-117, 2012.

OPPO, A. “Partidos Políticos” [pp. 898-905]; In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N. e PASQUINO, G. (Orgs.), **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1995.

PAIVA, D. e TAROUÇO G. da S. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**, Campina, vol. 17, n. 2, p. 426-451, 2011.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organización y poder em los partidos políticos**. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

PERES, P. Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger, **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 68, p. 17-58, 2009.

POMPÊO, F. As origens do P-SOL. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 12, 2007.

PRZEWORSKI, A. Capitalismo e Social-Democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 15, p. 41-81, 1998.

PSOL. Partido Socialismo e Liberdade. Décalogo de propostas para 2010. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2010/06/21/decalogo-de-propostas-para-2010/>> Acesso em 14 abr.2017.

_____. Partido Socialismo e Liberdade. Candidaturas da Frente de Esquerda – Brasil. Disponível em: < <http://www.psol50.org.br/blog/2006/07/07/candidaturas-da-frente-de-esquerda-brasil/>> Acesso em 30 mar.2017.

_____. Partido Socialismo e Liberdade. Programa Disponível em: < <http://www.psol50.org.br/partido/programa/>> Acesso em 10 mar.2017.

PSOL 50 SÃO PAULO. Partido Socialismo e Liberdade. Resoluções completas aprovadas no 2º Congresso Nacional do PSOL. Disponível em: <<http://psol50sp.org.br/blog/2009/09/01/resolucoes-completas-aprovadas-no-2%C2%BA-congresso-nacional-do-psol/>> Acesso em 05 mai. 2017.

RANDOLFE Rodrigues desiste da candidatura a presidente pelo PSOL. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/06/randolfe-rodrigues-desiste-da-candidatura-presidente-pelo-psol.html>> Acesso em 04 jun 2017.

RIBEIRO, P. F. Organização e Poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, p. 225-265, 2013.

ROSAURO, M. Insurgência, a ala descontente do PSOL lança pré-candidato à Presidência da República. Disponível em: < <https://claudemirpereira.com.br/2014/02/eleicoes-2014-insurgencia-a-ala-descontente-do-psol-lanca-pre-candidato-a-presidencia-da-republica/>> Acesso em 1º jun 2017.

SAMUELS, D. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. **Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 3, 1997.

VAN BIEZEN, I., MAIR, P. e POGUNTKE, T. Going, going, . . . gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, vol. 51, n. 1, pp. 24–56, 2012.

VAN BIEZEN, I. Political Parties as Public Utilities. **Party Politics**. vol. 10. n. 6, pp. 701-722, 2004.

_____. Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias. **Análise Social**, Vol. XXXIII, p. 685-708, 1998.

VAN HAUTE, E.; PAULIS, E. e SIERENS, V. Assessing party membership figures: the mapp dataset. **European Political Science**. vol. 16. n. 60, pp. 1-12, 2017.

WOLINETZ, Steven. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies, in GUNTHER, R. MONTERO, J. R. e LINZ, J. (Orgs) **Political parties: cold concept, new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ANEXO I – DADOS DE VOTAÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL PARTIDO COLIGADO (2006/2010/2014)

2006

	PCB	PSOL	PSTU	Votos Totais Coligação	% de Votos PSOL na Coligação
AL		12158	551	12709	95,66%
AM		1673	972	2645	63,25%
AP	760	1593	755	3108	51,25%
BA		19007	2289	21296	89,25%
CE	2267	89987	1954	94208	95,52%
DF		53430	420	53850	99,22%
GO		30186	361	30547	98,82%
MG		47570	12138	59708	79,67%
MS		6310	1071	7381	85,49%
PB		6782	2047	8829	76,82%
PI		4630	1071	5701	81,21%
PR	2458	14120	1887	18465	76,47%
RJ	11999	217851	22304	252154	86,40%
RN		7042	2243	9285	75,84%
SC	1380	15145	2884	19409	78,03%
SE		2407	4079	6486	37,11%
SP	8267	295734	17807	321808	91,90%
Total Geral	27131	825625	74833	927589	89,01%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

2010

			Votos Totais Coligação	% de Votos PSOL na Coligação
	PSOL	PSTU		

GO	6209	1941	8150	70,45%
----	------	------	------	--------

Fonte Tribunal Superior Eleitoral

2014

	PC do B	PCB	PMN	PSOL	PSTU	PT	Votos Totais Coligação	% Votos PSOL na Coligação
AL				6617	2355		8972	73,75%
AP	4759			18893		14472	38124	49,56%
CE		4520		94047	11263		109830	85,63%
MG				44499	31231		75730	58,76%
PA				81815	5704		87519	93,48%
PE			41641	59416			101057	58,79%
PI		1374		2470			3844	64,26%
RO				1721	709		2430	70,82%
RR				1801	62		1863	96,67%
RS				115669	8380		124049	93,24%
SE		871		6543	4424		11838	55,27%
SP				485147	33865		519012	93,48%
Total Geral	4759	6765	41641	918638	97993	14472	1084268	84,72%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II – DADOS DE VOTAÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL PARTIDO ISOLADO (2006/2010/2014)

ANO	UF	Totais
2006	AC	1898
	MA	6301
	RO	2618

	RR	2089
	TO	4270
	PA	42105
	ES	17950
	MT	3618
	PE	14151
	RS	226146
	Total Geral	321146
2010	AL	14816
	AM	2386
	AP	3741
	BA	17622
	CE	125610
	DF	12291
	ES	9980
	MA	5460
	MG	36288
	MS	5544
	MT	2544
	PA	35038
	PB	5555
	PE	8131
	PI	2559
	PR	13233
	RJ	320244
	RN	6585
	RO	2551

	RR	649
	RS	179578
	SC	6750
	SE	1705
	SP	319147
	Total Geral	1138007
2014	AC	637
	AM	5560
	BA	53225
	DF	19853
	ES	10889
	GO	5847
	MA	7501
	MS	5844
	MT	88500
	PB	60910
	PR	27320
	RJ	531415
	RN	12321
	SC	38271
	TO	1770
	Total Geral	869863

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II – DADOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS (2007-2014)

	2007	%2007	2008	%2008	2009	%2009	2010	%2010
AC	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
AL	R\$ 27.372,39	10,53%	R\$ 37.647,85	5,15%	R\$ 33.140,73	4,89%	R\$ 15.063,03	3,29%
AM	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 2.881,87	0,39%	R\$ 8.602,33	1,27%	R\$ 1.563,67	0,34%
AP	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 19.390,29	2,65%	R\$ 28.026,30	4,14%	R\$ 24.592,13	5,37%
BA	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 41.968,55	9,16%
CE	R\$ 13.510,05	5,20%	R\$ 9.345,66	1,28%	R\$ 4.853,36	0,72%	R\$ 22.800,72	4,98%
DF	R\$ 17.053,32	6,56%	R\$ 20.138,23	2,75%	R\$ 5.428,23	0,80%	R\$ 10.734,72	2,34%
GO	R\$ 20.313,37	7,82%	R\$ 42.284,17	5,78%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 10.377,14	2,27%
MA	R\$ 0,00	0,00%						
MG	R\$ 0,00	0,00%						
MS	R\$ 0,00	0,00%						
MT	R\$ 769,86	0,30%	R\$ 13.123,62	1,79%	R\$ 14.712,66	2,17%	R\$ 3.932,64	0,86%
PA	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 74.394,13	10,17%	R\$ 84.263,94	12,43%	R\$ 18.687,47	4,08%
PI	R\$ 0,00	0,00%						
PR	R\$ 0,00	0,00%						
RJ	R\$ 11.150,00	4,29%	R\$ 114.404,11	15,64%	R\$ 142.565,24	21,04%	R\$ 67.380,79	14,71%
RO	R\$ 0,00	0,00%						
RR	R\$ 0,00	0,00%						
RS	R\$ 108.040,79	41,58%	R\$ 219.275,38	29,98%	R\$ 176.291,97	26,02%	R\$ 79.480,32	17,35%
SC	R\$ 20.288,74	7,81%	R\$ 17.686,23	2,42%	R\$ 14.421,61	2,13%	R\$ 0,00	0,00%
SE	R\$ 0,00	0,00%						
SP	R\$ 41.360,31	15,92%	R\$ 160.870,48	21,99%	R\$ 165.338,14	24,40%	R\$ 161.396,83	35,24%
TOTAL	R\$ 259.858,83		R\$ 731.442,02		R\$ 677.644,51		R\$ 457.978,01	

	2011	%2011	2012	%2012	2013	%2013	2014	%2014
--	------	-------	------	-------	------	-------	------	-------

AC	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 9.229,49	0,92%
AL	R\$ 17.027,37	2,84%	R\$ 27.843,67	3,40%	R\$ 26.513,74	4,60%	R\$ 35.236,21	3,51%
AM	R\$ 15.184,58	2,54%	R\$ 9.604,20	1,17%	R\$ 19.398,49	3,37%	R\$ 20.185,84	2,01%
AP	R\$ 40.183,24	6,71%	R\$ 5.054,33	0,62%	R\$ 7.436,32	1,29%	R\$ 47.461,60	4,73%
BA	R\$ 64.512,30	10,78%	R\$ 77.754,25	9,50%	R\$ 51.040,98	8,86%	R\$ 122.108,66	12,17%
CE	R\$ 27.874,48	4,66%	R\$ 30.525,72	3,73%	R\$ 25.329,13	4,40%	R\$ 36.076,27	3,60%
DF	R\$ 2.136,96	0,36%	R\$ 34.273,82	4,19%	R\$ 38.789,56	6,73%	R\$ 16.939,96	1,69%
GO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
MA	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 28.034,16	2,79%
MG	R\$ 3.452,60	0,58%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
MS	R\$ 2.388,44	0,40%	R\$ 29.497,51	3,60%	R\$ 13.709,97	2,38%	R\$ 20.070,83	2,00%
MT	R\$ 1.962,75	0,33%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 6.954,23	1,21%	R\$ 26.609,66	2,65%
PA	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 180.888,44	22,10%	R\$ 143.480,08	24,91%	R\$ 167.687,79	16,72%
PI	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 14.859,35	1,48%
PR	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 38.194,86	3,81%
RJ	R\$ 117.811,06	19,68%	R\$ 163.626,32	19,99%	R\$ 150.382,70	26,11%	R\$ 77.559,59	7,73%
RO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 11.483,73	1,40%	R\$ 20.150,70	3,50%	R\$ 23.346,84	2,33%
RR	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 10.185,26	1,24%	R\$ 14.008,41	2,43%	R\$ 19.443,43	1,94%
RS	R\$ 85.559,38	14,29%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 124.329,97	12,39%
SC	R\$ 19.955,28	3,33%	R\$ 14.122,42	1,73%	R\$ 26.058,06	4,52%	R\$ 7.754,99	0,77%
SE	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 11.241,26	1,37%	R\$ 13.726,11	2,38%	R\$ 0,00	0,00%
SP	R\$ 200.529,43	33,50%	R\$ 212.411,17	25,95%	R\$ 19.082,07	3,31%	R\$ 167.983,81	16,75%
TOTAL	R\$ 598.577,87		R\$ 818.512,10		R\$ 576.060,55		R\$ 1.003.113,31	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral